

RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO

Em milhões de reais, exceto quando indicado de outra forma - Os dados não financeiros e não contábeis, não foram auditados pelos auditores independentes

Mensagem da Administração

2024: um ano de superação, entregas consistentes e ganho de mercado

O quarto trimestre de 2024 marca a continuidade do segundo ano do Plano de Transformação, com a retomada do crescimento da receita da Companhia e a reafirmação de entregas consistentes. Após fôlego inicial na redução de custos, despesas e eficiência operacional, além do repertório da dívida, iniciamos a segunda fase com ênfase no crescimento contínuo da rentabilidade, resultando em um ganho de mercado expressivo e uma excelente *Black Friday*.

Estamos cientes das incertezas econômicas e geopolíticas globais de 2024 que continuam a impactar direta ou indiretamente o varejo brasileiro, especialmente com as taxas de juros no Brasil em níveis elevados. Apesar desses desafios macroeconômicos, estamos animados com nosso desempenho neste trimestre e com o aumento da confiança a cada divulgação de resultados.

Como destaques, tivemos a melhor geração de caixa dos últimos 5 anos, o quinto trimestre consecutivo de melhoria sequencial de rentabilidade operacional, crescimento de receita tanto em lojas físicas como no *e-commerce*, maior penetração de serviços e recorde da carteira de crediário.

Resultado 2024

O lucro bruto totalizou R\$8.377, com margem bruta de 30,8%, ganho de 2,9p.p. vs. 2023. A margem é explicada pela melhor combinação do mix de produtos, qualidade dos estoques, maior penetração de serviços e soluções financeiras na receita, além do crescimento da receita de marketplace de 15,6%. As despesas com vendas, gerais e administrativas de 2024 apresentaram redução de (5,4%), equivalente a R\$383, queda de 0,1p.p. em relação à receita líquida (24,6%).

O EBITDA ajustado atingiu R\$1.970 em 2024 e margem de 7,2%, superior em 2,9p.p. vs. 2023. A margem EBITDA ajustada de 2024 é a maior em 21 meses.

Em 2024, o resultado financeiro líquido foi de R\$(2.187), 28,1% menor vs. 2023 e 2,5 p.p. menor que percentual da receita líquida (8,0%). Vale ressaltar, que apesar de contabilizar os juros das dívidas financeiras no resultado, o impacto caixa destes itens foi de R\$133 em 2024.

O LAIR foi de R\$(1.677) no ano, 60,1% melhor vs. 2023, em função da retomada de crescimento de receita e melhoria gradual da rentabilidade da Companhia, apesar do mercado desafiador e alta da taxa de juros. O prejuízo líquido foi de R\$(1.045) vs. R\$(2.625) em 2023, 60,2% melhor, sendo a margem líquida de (3,8%) no ano, evoluindo 5,3p.p. frente a 2023.

A Companhia apresentou dívida líquida ajustada de R\$(360) e patrimônio líquido de R\$ 2.477. Em 2024, a liquidez totalizou R\$3.709 aumentando em R\$130 em relação a 2023. Como resultado a dívida líquida reduziu (R\$44) em relação a 2023.

Neste trimestre batemos recorde na carteira do Crediário atingindo R\$6.178, crescimento de 15%.

Considerações Finais

Estamos extremamente orgulhosos de sermos reconhecidos como a marca *Top of Mind* da Folha de São Paulo pelo 19º ano consecutivo na categoria de móveis e eletrônicos. Este reconhecimento reflete a confiança e o carinho que os brasileiros têm pela nossa marca. Além disso, fomos eleitos a marca mais reconhecida na região sudeste entre todos os setores, destacando ainda mais nosso compromisso com a qualidade e a satisfação do cliente. Também, celebramos nosso reconhecimento pelo prêmio "Marcas Mais" do Estadão na categoria de lojas de eletrodomésticos, um testemunho do nosso esforço contínuo em oferecer os melhores produtos e serviços. Por fim, temos a honra de ser certificados pelo GPTW (*Great Place to Work*), reforçando nosso compromisso em proporcionar um ambiente de trabalho excepcional para nossos colaboradores.

Com os ajustes estruturais dos últimos trimestres e o início do crescimento de receita, seguimos focados na execução do Plano de Transformação para continuarmos avançando na rentabilidade e geração de fluxo de caixa. Estamos acelerando o crescimento nas lojas físicas, nosso canal mais rentável, e priorizando a rentabilidade no online, aprimorando a jornada do cliente para um sólido crescimento em 2025. A expansão do crediário segue crucial para sustentar essa jornada de crescimento com bastante cautela e atenção nos números de inadimplência. Operacionalizamos o fundo de investimento em diretos creditórios (FIDC) para fomentar o crédito, fortalecendo nossa vantagem competitiva e diversificando o *funding* da operação. Além do carnê, seguimos avançando na rentabilização de serviços sem capital empregado.

Encerramos 2024 com avanços significativos, demonstrando a resiliência e o potencial da nossa Companhia. Aproveite para agradecer a todos os nossos clientes, aos nossos colaboradores, aos fornecedores, instituições financeiras e demais *stakeholders*. Estamos confiantes que estamos no caminho certo para mudar a Companhia de patamar, e entramos em um novo ciclo de crescimento sustentável. Seguiremos com Dedicação Total a Vocês! Muito obrigado a todos.

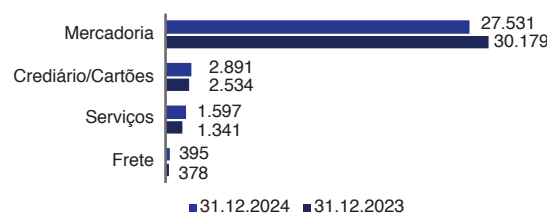
Destaques financeiros e operacionais

Receita bruta
Em 2024 a receita bruta consolidada foi de R\$32.414 (R\$34.432 em 2023), apesar do crescimento da receita de *marketplace* em 15,6% as receitas das vendas online reduziram, resultando em uma variação de (5,9%) no saldo da receita bruta do exercício.

A receita de mercadorias apresentou variação de (8,8%) em função do recuo do GMV do 1P online. Por outro lado, o GMV do 3P cresceu 13,2% no exercício.

A performance das lojas físicas é explicada principalmente pela retomada de crescimento da receita das lojas físicas, da performance positiva da receita de *marketplace*, dada a busca pelo equilíbrio entre vendas e rentabilidade.

A receita de serviços cresceu 19,1% em função da maior penetração de venda de seguros, montagem, comissão do *marketplace* e logística "as a *service*".



Nosso crediário segue sendo uma importante ferramenta de fidelização de nossos clientes e um diferencial competitivo, com penetração de 16,8% na receita bruta consolidada (aumento de 3,6 p.p. em relação a 2023).

	31.12.2024	31.12.2023
Lojas físicas	22.296	21.796
Online	10.118	12.636
1P	9.294	11.924
3P	824	712

Receita bruta de vendas líquidas de devoluções e cancelamentos por canal
Durante o ano de 2024, em linha com o Plano de Transformação, encerramos 15 lojas por apresentarem performance aquém do esperado, fechando o ano de 2024 com 1.064 lojas.

	31.12.2024	31.12.2023
Receita operacional líquida	27.206	28.847
Custo de mercadorias e serviços vendidos	(18.829)	(20.792)
Lucro bruto	8.377	8.055
Margem bruta	30,8%	27,9%

Apesar do recuo da receita operacional líquida, a margem bruta segue saudável e é explicada pela melhor combinação do mix de produtos, qualidade dos estoques, a maior penetração de serviços e soluções financeiras, além do crescimento da receita de *marketplace* de 15,6%.

	31.12.2024	31.12.2023
Despesas com vendas	(5.486)	(5.883)
Despesas gerais e administrativas	(1.195)	(1.181)
Depreciações e amortizações	(6.681)	(7.064)

As despesas com vendas, gerais e administrativas de 2024 apresentaram redução de (5,4%) e aumento em relação à ROL (24,6%). A menor despesa é explicada pela redução de (6,7%) nas despesas de vendas, redução nas despesas de serviços de terceiros (7,6%) e redução de (23,9%) nas despesas com demandas judiciais trabalhistas, além de uma melhoria geral na contenção de despesas no exercício.

	31.12.2024	31.12.2023
Receita operacional líquida	(1.677)	(4.202)
Imposto de renda e contribuição social	-6,2%	-14,6%
Prejuízo líquido	(1.045)	(2.625)
% Margem líquida	-3,8%	-9,1%

No exercício findo em 31 de dezembro de 2024, o LAIR foi de R\$(1.677), em função da retomada de crescimento de receita e melhoria gradual da rentabilidade da Companhia, apesar do mercado desafiador e alta da taxa de juros.

	31.12.2024	31.12.2023
Estoque	4.695	4.353
Estoque de mercadorias	91	76
Fornecedores convênio	7.452	6.379
Fornecedores de serviços	2.446	1.765
Dias Fornecedores total	637	823
Dias Fornecedores total	144	112
Variação ciclo financeiro	53	36

Em termos de estoque, alcançamos o patamar de R\$4.695, e na comparação com o 4T23 apresentamos um aumento de R\$342, com o intuito de capturar o crescimento observado nos últimos meses e aumento de fluxo do 1T25. Adicionalmente, houve aumento em dias de fornecedores, que mais do que compensou o aumento de estoques.

	31.12.2024	31.12.2023
Capital social	6.178	5.355
Reservas de capital	(5.834)	(5.383)
Reservas de lucros	344	(28)
Prejuízo líquido	(358)	(2.332)
Prejuízo líquido	(3.711)	(1.651)
Prejuízo líquido	(4.069)	(3.983)

Em termos de estoque, alcançamos o patamar de R\$4.695, e na comparação com o 4T23 apresentamos um aumento de R\$342, com o intuito de capturar o crescimento observado nos últimos meses e aumento de fluxo do 1T25. Adicionalmente, houve aumento em dias de fornecedores, que mais do que compensou o aumento de estoques.

	31.12.2024	31.12.2023
Capital social	6.178	5.355
Reservas de capital	(5.834)	(5.383)
Reservas de lucros	344	(28)
Prejuízo líquido	(358)	(2.332)
Prejuízo líquido	(3.711)	(1.651)
Prejuízo líquido	(4.069)	(3.983)

Em termos de estoque, alcançamos o patamar de R\$4.695, e na comparação com o 4T23 apresentamos um aumento de R\$342, com o intuito de capturar o crescimento observado nos últimos meses e aumento de fluxo do 1T25. Adicionalmente, houve aumento em dias de fornecedores, que mais do que compensou o aumento de estoques.

	31.12.2024	31.12.2023
Logística	11	14
Novas lojas	10	9
Reforma de lojas	10	31
Tecnologia	158	329
Outros	2	3
Total	191	386

Em termos de estoque, alcançamos o patamar de R\$4.695, e na comparação com o 4T23 apresentamos um aumento de R\$342, com o intuito de capturar o crescimento observado nos últimos meses e aumento de fluxo do 1T25. Adicionalmente, houve aumento em dias de fornecedores, que mais do que compensou o aumento de estoques.

	31.12.2024	31.12.2023
Quantidade no início do exercício	37.958	46.052
Contratações	8.543	9.659
Desligamentos	(14.762)	(17.753)
Quantidade no fim do exercício	31.739	37.958

No exercício findo em 31 de dezembro de 2024, foram realizadas 636.277 de horas em treinamento, o que representa cerca de 13 horas em média de desenvolvimento por colaborador.

	31.12.2024	31.12.2023
Quantidade no início do exercício	37.958	46.052
Contratações	8.543	9.659
Desligamentos	(14.762)	(17.753)
Quantidade no fim do exercício	31.739	37.958

No exercício findo em 31 de dezembro de 2024, foram realizadas 636.277 de horas em treinamento, o que representa cerca de 13 horas em média de desenvolvimento por colaborador.

	31.12.2024	31.12.2023
Quantidade no início do exercício	37.958	46.052
Contratações	8.543	9.659
Desligamentos	(14.762)	(17.753)
Quantidade no fim do exercício	31.739	37.958

No exercício findo em 31 de dezembro de 2024, foram realizadas 636.277 de horas em treinamento, o que representa cerca de 13 horas em média de desenvolvimento por colaborador.

	31.12.2024	31.12.2023
Quantidade no início do exercício	37.958	46.052
Contratações	8.543	9.659
Desligamentos	(14.762)	(17.753)
Quantidade no fim do exercício	31.739	37.958

No exercício findo em 31 de dezembro de 2024, foram realizadas 636.277 de horas em treinamento, o que representa cerca de 13 horas em média de desenvolvimento por colaborador.

	31.12.2024	31.12.2023
Quantidade no início do exercício	37.958	46.052
Contratações	8.543	9.659
Desligamentos	(14.762)	(17.753)
Quantidade no fim do exercício	31.739	37.958

No exercício findo em 31 de dezembro de 2024, foram realizadas 636.277 de horas em treinamento, o que representa cerca de 13 horas em média de desenvolvimento por colaborador.

	31.12.2024	31.12.2023
Quantidade no início do exercício	37.958	46.052
Contratações	8.543	9.659
Desligamentos	(14.762)	(17.753)
Quantidade no fim do exercício	31.739	37.958

No exercício findo em 31 de dezembro de 2024, foram realizadas 636.277 de horas em treinamento, o que representa cerca de 13 horas em média de desenvolvimento por colaborador.

	31.12.2024	31.12.2023
Quantidade no início do exercício	37.958	46.052
Contratações	8.543	9.659
Desligamentos	(14.762)	(17.753)
Quantidade no fim do exercício	31.739	37.958

No exercício findo em 31 de dezembro de 2024, foram realizadas 636.277 de horas em treinamento, o que representa cerca de 13 horas em média de desenvolvimento por colaborador.

	31.12.2024	31.12.2023
Quantidade no início do exercício	37.958	46.052
Contratações	8.543	9.659
Desligamentos	(14.762)	(17.753)
Quantidade no fim do exercício	31.739	37.958

No exercício findo em 31 de dezembro de 2024, foram realizadas 636.277 de horas em treinamento, o que representa cerca de 13 horas em média de desenvolvimento por colaborador.

	31.12.2024	31.12.2023
Quantidade no início do exercício	37.958	46.052
Contratações	8.543	9.659
Desligamentos	(14.762)	(17.753)
Quantidade no fim do exercício	31.739	37.958

No exercício findo em 31 de dezembro de 2024, foram realizadas 636.277 de horas em treinamento, o que representa cerca de 13 horas em média de desenvolvimento por colaborador.

	31.12.2024	31.12.2023
Quantidade no início do exercício	37.958	46.052
Contratações	8.543	9.659
Desligamentos	(14.762)	(17.753)
Quantidade no fim do exercício	31.739	37.958

No exercício findo em 31 de dezembro de 2024, foram realizadas 636.277 de horas em treinamento, o que representa cerca de 13 horas em média de desenvolvimento por colaborador.

	31.12.2024	31.12.2023
Quantidade no início do exercício	37.958	46.052
Contratações	8.543	9.659
Desligamentos	(14.762)	(17.753)
Quantidade no fim do exercício	31.739	37.958

No exercício findo em 31 de dezembro de 2024, foram realizadas 636.277 de horas em treinamento, o que representa cerca de 13 horas em média de desenvolvimento por colaborador.

Destaques ESG

AMBIENTAIS
Energia renovável: Avanço na meta de energia renovável adquirindo 84% de energia de fontes limpas e renováveis. Comprometimento de atingirmos 90% até o final de 2025.

SOCIAL - DIVERSIDADE
Pessoas com Deficiência: O Jornada Sem Barreiras formou 352 colaboradores e ampliou sua atuação com trilha exclusiva para lideranças e mentoria de carreira para 20 colaboradores, iniciando no 2º trimestre de 2025.

SOCIAL - FUNDAÇÃO CASAS BAHIA
Patagonismo Jovem: Mais de 7 mil jovens foram capacitados pelo Instituto PROA em 2024, representando um aumento significativo em relação aos 5,5 mil formandos no ano anterior.

GOVERNANÇA
Reeleição dos órgãos administrativos ocorrida em 2024: Conselhos de Administração, Conselho Fiscal, Comitês de Auditoria, Riscos e Compliance; Pessoas; Finanças; e Ética.

GOVERNANÇA
Reeleição dos órgãos administrativos ocorrida em 2024: Conselhos de Administração, Conselho Fiscal, Comitês de Auditoria, Riscos e Compliance; Pessoas; Finanças; e Ética.

GOVERNANÇA
Reeleição dos órgãos administrativos ocorrida em 2024: Conselhos de Administração, Conselho Fiscal, Comitês de Auditoria, Riscos e Compliance; Pessoas; Finanças; e Ética.

GOVERNANÇA
Reeleição dos órgãos administrativos ocorrida em 2024: Conselhos de Administração, Conselho Fiscal, Comitês de Auditoria, Riscos e Compliance; Pessoas; Finanças; e Ética.

GOVERNANÇA
Reeleição dos órgãos administrativos ocorrida em 2024: Conselhos de Administração, Conselho Fiscal, Comitês de Auditoria, Riscos e Compliance; Pessoas; Finanças; e Ética.

GOVERNANÇA
Reeleição dos órgãos administrativos ocorrida em 2024: Conselhos de Administração, Conselho Fiscal, Comitês de Auditoria, Riscos e Compliance; Pessoas; Finanças; e Ética.

GOVERNANÇA
Reeleição dos órgãos administrativos ocorrida em 2024: Conselhos de Administração, Conselho Fiscal, Comitês de Auditoria, Riscos e Compliance; Pessoas; Finanças; e Ética.

GOVERNANÇA
Reeleição dos órgãos administrativos ocorrida em 2024: Conselhos de Administração, Conselho Fiscal, Comitês de Auditoria, Riscos e Compliance; Pessoas; Finanças; e Ética.

GOVERNANÇA
Reeleição dos órgãos administrativos ocorrida em 2024: Conselhos de Administração, Conselho Fiscal, Comitês de Auditoria, Riscos e Compliance; Pessoas; Finanças; e Ética.

GOVERNANÇA
Reeleição dos órgãos administrativos ocorrida em 2024: Conselhos de Administração, Conselho Fiscal, Comitês de Auditoria, Riscos e Compliance; Pessoas; Finanças; e Ética.

GOVERNANÇA
Reeleição dos órgãos administrativos ocorrida em 2024: Conselhos de Administração, Conselho Fiscal, Comitês de Auditoria, Riscos e Compliance; Pessoas; Finanças; e Ética.

GOVERNANÇA
Reeleição dos órgãos administrativos ocorrida em 2024: Conselhos de Administração, Conselho Fiscal, Comitês de Auditoria, Riscos e Compliance; Pessoas; Finanças; e Ética.

GOVERNANÇA
Reeleição dos órgãos administrativos ocorrida em 2024: Conselhos de Administração, Conselho Fiscal, Comitês de Auditoria, Riscos e Compliance; Pessoas; Finanças; e Ética.

GOVERNANÇA
Reeleição dos órgãos administrativos ocorrida em 2024: Conselhos de Administração, Conselho Fiscal, Comitês de Auditoria, Riscos e Compliance; Pessoas; Finanças; e Ética.

GOVERNANÇA
Reeleição dos órgãos administrativos ocorrida em 2024: Conselhos de Administração, Conselho Fiscal, Comitês de Auditoria, Riscos e Compliance; Pessoas; Finanças; e Ética.

GOVERNANÇA
Reeleição dos órgãos administrativos ocorrida em 2024: Conselhos de Administração, Conselho Fiscal, Comitês de Auditoria, Riscos e Compliance; Pessoas; Finanças; e Ética.

GOVERNANÇA
Reeleição dos órgãos administrativos ocorrida em 2024: Conselhos de Administração, Conselho Fiscal, Comitês de Auditoria, Riscos e Compliance; Pessoas; Finanças; e Ética.

GOVERNANÇA
Reeleição dos órgãos administrativos ocorrida em 2024: Conselhos de Administração, Conselho Fiscal, Comitês de Auditoria, Riscos e Compliance; Pessoas; Finanças; e Ética.

GOVERNANÇA
Reeleição dos órgãos administrativos ocorrida em 2024: Conselhos de Administração, Conselho Fiscal, Comitês de Auditoria, Riscos e Compliance; Pessoas; Finanças; e Ética.

GOVERNANÇA
Reeleição dos órgãos administrativos ocorrida em 2024: Conselhos de Administração, Conselho Fiscal, Comitês de Auditoria, Riscos e Compliance; Pessoas; Finanças; e Ética.

GOVERNANÇA
Reeleição dos órgãos administrativos ocorrida em 2024: Conselhos de Administração, Conselho Fiscal, Comitês de Auditoria, Riscos e Compliance; Pessoas; Finanças; e Ética.



CASABAHIA banQi pontofrio: bartira extra.com.br CB full

→ continuação

DEMONSTRAÇÃO DO VALOR ADICIONADO PARA O EXERCÍCIO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2024					
Em milhões de reais, exceto quando indicado de outra forma					
	Notas	Controladora		Consolidado	
		31.12.2024	31.12.2023	31.12.2024	31.12.2023
Receitas		31.253	33.077	31.390	33.255
Venda de mercadorias e serviços	22	32.249	34.207	32.414	34.432
Perda estimada contra créditos de liquidação duvidosa		(1.009)	(1.132)	(1.037)	(1.180)
Outras receitas	6 (c)	13	2	13	3
Insusos adquiridos de terceiros		(25.870)	(28.308)	(25.296)	(28.003)
Custo de mercadorias e serviços vendidos		(21.306)	(22.985)	(20.976)	(22.715)
Materiais, energia, serviços de terceiros e outros		(4.422)	(5.216)	(4.173)	(5.158)
Recuperação (perda) de valores ativos		(49)	(155)	(52)	(177)
Outros		(93)	(48)	(65)	(45)
Valor adicionado bruto		5.383	4.769	6.094	5.252
Depreciações e amortizações	11, 12 e 19	(1.038)	(1.102)	(1.072)	(1.139)
Valor adicionado líquido produzido pela Companhia		4.345	3.667	5.022	4.113
Valor adicionado recebido em transferência		477	80	537	426
Resultado de equivalência patrimonial	10	16	(259)	66	50
Receitas financeiras	25	461	339	471	376
Valor adicionado total a distribuir		4.822	3.747	5.559	4.539
Distribuição do valor adicionado		4.822	3.747	5.559	4.539
Pessoal		2.858	3.245	3.470	3.946
Remuneração direta		1.631	1.604	2.123	2.149
Benefícios		206	236	248	282
FGTS		165	186	209	237
Demandas judiciais trabalhistas		812	1.201	824	1.234
Outras despesas com pessoal		44	18	66	44
Impostos, taxas e contribuições		291	(360)	422	(300)
Federais		(286)	(1.089)	(176)	(1.045)
Estaduais		460	627	456	625
Municipais		117	102	142	120
Remuneração de capital de terceiros		2.718	3.487	2.712	3.518
Juros	25	2.860	3.392	2.658	3.417
Outros		(142)	(905)	(946)	(899)
Outros		(7)	11	(12)	15
Remuneração de capitais próprios		(1.045)	(2.625)	(1.045)	(2.625)
Prejuízo do exercício		(1.045)	(2.625)	(1.045)	(2.625)
Valor adicionado total distribuído		4.822	3.747	5.559	4.539

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS PARA O EXERCÍCIO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2024

Em milhões de reais, exceto quando indicado de outra forma

1. Contexto operacional:

O Grupo Casas Bahia S.A., diretamente ou por meio de suas controladas ("Companhia" ou "Grupo Casas Bahia"), listada no segmento especial denominado Novo Mercado da B3 S.A. - Brasil, Bolsa, Balcão ("B3"), sob o código BHIA3, com sede em São Paulo, Estado de São Paulo - Brasil. O Grupo Casas Bahia S.A. é um varejista omnicanal de alcance nacional no Brasil, servindo a milhões de consumidores em suas lojas físicas e e-commerce (1P e marketplace), por meio das marcas Casas Bahia, Pontos Frio, Extra.com. As soluções financeiras do Grupo Casas Bahia atendem milhões de clientes através de seu próprio modelo de crediário (buy now, pay later), e seu marketplace com mais de 171 mil parceiros (sellers) e mais de 80 milhões SKUs, oferecendo soluções e serviços, como o fulfillment, utilizando a rede logística de operação nacional da Companhia.

2. Apresentação e elaboração das Demonstrações Financeiras Individuais e consolidadas:

2.1. Base de elaboração, apresentação e declaração de conformidade: As Demonstrações Financeiras individuais e consolidadas foram preparadas de acordo com as *International Financial Reporting Standards* ("IFRS"), emitidas pelo *International Accounting Standard Board* ("IASB") e, também, pelas práticas contábeis adotadas no Brasil, emitidas pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis ("CPC") e aprovadas pela Comissão de Valores Mobiliários ("CVM"), e evidenciam todas as informações relevantes próprias das Demonstrações Financeiras individuais e consolidadas, e somente elas, e que correspondem às utilizadas pela Administração na sua gestão. **2.2. Base de mensuração e moeda funcional e de apresentação das Demonstrações Financeiras individuais e consolidadas:** As Demonstrações Financeiras individuais e consolidadas adotam o Real ("R\$") como moeda funcional e de apresentação, sendo demonstradas em milhões de R\$. Essas informações foram preparadas baseadas no custo histórico de cada transação, exceto por determinados instrumentos financeiros e remuneração baseada em ações mensurados pelos seus valores justos. **2.3. Declaração de conformidade:** A autorização para emissão das Demonstrações Financeiras individuais e consolidadas para o exercício findo em 31 de dezembro de 2024 foi concedida pelo Conselho de Administração da Companhia em 12 de março de 2025. **2.4. Continuidade operacional:** Como parte do processo de elaboração das demonstrações financeiras a Administração avaliou a capacidade da Companhia de continuar operando normalmente e está convencida de que possui recursos para dar continuidade aos seus negócios no futuro. **2.5. Declaração de relevância:** A Administração da Companhia aplicou a orientação técnica CPC 7, atendendo aos requerimentos mínimos e, ao mesmo tempo, divulgando somente informações relevantes, que auxiliem os leitores na tomada de decisões. **2.6. Julgamentos, estimativas e premissas contábeis materiais:** Na elaboração das Demonstrações Financeiras individuais e consolidadas é necessário utilizar estimativas para contabilizar certos ativos e passivos e outras transações. Para efetuar estas estimativas, a Administração da Companhia utilizou as melhores informações disponíveis na data da preparação das Demonstrações Financeiras individuais e consolidadas, bem como a experiência de eventos passados e/ou correntes, considerando ainda pressupostos relativos a eventos futuros. As Demonstrações Financeiras individuais e consolidadas incluem, portanto, estimativas e premissas referentes principalmente às perdas por redução do valor recuperável de contas a receber, estoques e intangíveis com vida útil indefinida, possibilidade de renda e contribuição social diferidos, proção para litígios e obrigações judiciais, valor justo de ativos e passivos, mensuração de instrumentos financeiros. O resultado efetivo das transações e informações podem divergir dessas estimativas. **2.7. Alongamento do perfil da dívida:** No dia 28 de abril de 2024, a Companhia anunciou aos seus acionistas e ao mercado em geral, que distribuiu um pedido de Recuperação Extrajudicial ("RE") a fim de implementar de maneira segura, efetiva e transparente o reperfilamento de dívidas financeiras quirográficas da ordem de R\$4.080 ("Créditos Sujuntos"), decorrentes de suas 6ª, 7ª, 8ª e 9ª emissões de debêntures e CDO emitidas junto a Instituições Financeiras. No dia 19 de junho de 2024, a Companhia anunciou que o Plano de RE ("PRE") foi homologado. Dessa forma, em 26 de julho de 2024, a Companhia procedeu com a sua 10ª emissão de debêntures, em substituição às dívidas financeiras quirográficas sujeitas ao PRE, vide nota explicativa nº 14. O PRE contempla o alongamento do cronograma de amortização dos Créditos Sujuntos, incluindo uma carência de 24 meses (2 anos) para pagamento de juros e de 30 meses (2,5 anos) para pagamento de principal, e prazo total de amortização de 78 meses (6,5 anos) com remuneração de CDI + 1,0% a 1,5%. Contempla, ainda, a possibilidade dos Credores Sujuntos acionistas, conforme definido no PRE, converterem seus Créditos Sujuntos em participação societária na Companhia, durante uma janela de tempo compreendido entre 18 e 36 meses contados da aprovação do PRE. **2.8. FIDC IBCB:** A Companhia iniciou as operações do FIDC IBCB com o objetivo de adquirir os direitos creditórios originários de operações realizadas entre a Companhia e seus fornecedores. O Fundo foi constituído sob a forma de condomínio fechado, prazo de vigência 2 anos (sendo que este prazo poderá ser estendido a critério dos cotistas do Fundo) e suas cotas serão objeto de amortizações durante seu prazo de vigência. A Companhia possui a titularidade de todas as cotas subordinadas do Fundo, o que a deixa substancialmente exposta aos riscos e benefícios relacionados ao Fundo, por isso, suas informações financeiras estão consolidadas nas informações financeiras do Grupo Casas Bahia.

3. Pronunciamentos e interpretações revisados emitidos e ainda não adotados:

A Administração avalia as emissões e/ou alterações das IFRS emitidas pelo IASB e seus respectivos impactos nas Demonstrações Financeiras da Companhia. **3.1. Normas ou alterações aplicáveis para o exercício findo em 31 de dezembro de 2024:** Alterações do CPC3 (R2) (IAS 7) - Demonstração dos Fluxos de Caixa. As alterações acrescentaram um objetivo de divulgação: CPC3 (R2) (IAS 7), afirmando que uma entidade deve divulgar informações sobre seus acordos de financiamento de fornecedores que permitem aos usuários das demonstrações financeiras avaliarem os efeitos desses acordos sobre os passivos e fluxos de caixa da entidade. A nota explicativa nº 13 (b) contém as divulgações relacionadas a estas alterações. Para fins de comparabilidade dos saldos de 31 de dezembro de 2024, a Companhia adotou as alterações acima descritas na Demonstração dos fluxos de caixa individual e consolidada referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2023, em conformidade com o CPC 23 (IAS 8) - Políticas contábeis, mudança de estimativa e retificação de erro. A seguir são apresentados os efeitos da exclusão dos valores que não envolveram caixa quando das contratações das transações envolvendo Fornecedores Convênio (Risco Sacado), originalmente demonstrados como atividades operacionais e de financiamento:

	Controladora			Consolidado		
	Apresentação original	Eliminação dos efeitos não caixa	Reapresentação	Apresentação original	Eliminação dos efeitos não caixa	Reapresentação
Caixa líquido gerado nas atividades operacionais	4.536	6.443	10.979	4.536	6.443	10.979
Caixa líquido aplicado nas atividades de investimento	(772)	-	(772)	(772)	-	(772)
Caixa líquido aplicado nas atividades de financiamento	(2.956)	(6.443)	(9.399)	(2.956)	(6.443)	(9.399)
Aumento líquido em caixa e equivalentes de caixa	808	-	808	808	-	808

Alterações da IAS 1 - Apresentação das Demonstrações Financeiras (Classificação de Passivos e Circulante ou Não Circulante): As alterações definem que a classificação de passivos como circulante ou não circulante deve se basear nos direitos existentes no final do período de relatório especificam que a classificação não é afetada pelas expectativas sobre uma entidade ir exercer seu direito de postergar a liquidação do passivo, explicam que os direitos existem se as cláusulas restritivas são cumpridas no final do período de relatório e introduzem a definição de "liquidação" para esclarecer que a liquidação se refere à transferência para uma contraparte de caixa, instrumentos patrimoniais, outros ativos ou serviços. A Companhia avaliou os impactos da norma, e a classificação atual dos seus passivos refletiu as condições contratuais. Alterações da IFRS 16 - Operações de arrendamento mercantil: As alterações da IFRS 16 acrescentam exigências de mensuração subsequente para transações de "sale and leaseback" que satisfizem as exigências da IFRS 15 (CPC 47) - Reconhecimento de Receita para fins de contabilização como venda. Essa alteração determina que um arrendatário mensura transações de venda do imóvel, de modo que satisfaça os requisitos de contabilização previstos na IFRS 15. A Companhia avaliou os impactos da norma e alteração não gerou impactos em seus saldos contábeis. **3.2. Normas novas ou alterações emitidas e ainda não aplicáveis:** A Companhia pretende adotar as normas, se aplicável, quando estas entrarem em vigor. Os impactos da adoção das normas listadas abaixo estão sendo avaliadas, exceto se indicado a seguir: Alterações da IAS 21 - Os efeitos das mudanças nas taxas de câmbio: Estabelece que sejam utilizadas abordagens consistentes para avaliar se uma moeda é conversível, e como determinar a taxa de câmbio quando não for. As alterações entrarão em vigor a partir de 1º de janeiro de 2025 e a Companhia não prevê impactos em seus saldos contábeis. Alterações das normas IFRS 9 e IFRS 7 - Alterações na classificação e mensuração de instrumentos financeiros: Esclarece aspectos relacionados a classificação e mensuração de instrumentos financeiros. As alterações entrarão em vigor a partir de 1º de janeiro de 2026. Alterações da IFRS 18 - Apresentação e Divulgações nas Demonstrações Financeiras: Estabelece novos requerimentos para a apresentação de categorias específicas na demonstração do resultado, apresentação das medidas de desempenho definidas pela Administração e melhorias vinculadas aos requisitos de agregação e desagregação de informações. As alterações entrarão em vigor a partir de 1º de janeiro de 2026. Emissão da norma IFRS S1 - Divulgações gerais: Estabelece os requisitos gerais para uma empresa divulgar informações sobre os seus riscos e oportunidades relacionados com a sustentabilidade. Essa norma prevê a elaboração e divulgação do relatório de informações financeiras relacionadas à sustentabilidade, com base nas normas do International Sustainability Standards Board ("ISSB"). A norma entrará em vigor a partir de 1º de janeiro de 2026. Emissão da norma IFRS S2 - Divulgações relacionadas ao clima: Estabelece os requisitos para as empresas divulgarem informações sobre os seus riscos e oportunidades relacionados com o clima. Essa norma prevê a elaboração e divulgação do relatório de informações financeiras relacionadas à sustentabilidade, com base nas normas do ISSB. A norma entrará em vigor a partir de 1º de janeiro de 2026. Emissão da norma IFRS 18 - Apresentação e divulgação das Demonstrações Financeiras: Estabelece os requerimentos para apresentação e divulgação do propósito geral das Demonstrações Financeiras para assegurar que sejam fornecidas informações relevantes que representem fielmente os ativos, passivos, patrimônio líquido, receitas e despesas. A norma entrará em vigor a partir de 1º de janeiro de 2027. Emissão da norma IFRS 19 - Controladas sem obrigação legal de divulgação: Estabelece requerimentos de divulgação simplificados para as Demonstrações Financeiras consolidadas ou individuais de entidades elegíveis para a aplicação desta norma. A norma entrará em vigor a partir de 1º de janeiro de 2027.

4. Principais políticas contábeis:

As Demonstrações Financeiras foram elaboradas utilizando informações do Grupo Casas Bahia e de suas controladas na mesma data-base, bem como, políticas e práticas contábeis consistentes. As políticas contábeis foram aplicadas de maneira uniforme em todas as empresas consolidadas, consistentes com aquelas utilizadas na controladora. **4.1. Consolidação:** As Demonstrações Financeiras consolidadas consideram investimentos em: Participações societárias classificadas em Investimentos (nota explicativa nº 10) e fundos de investimentos classificados em "Títulos e valores mobiliários" (nota explicativa nº 5). Na elaboração das Demonstrações Financeiras individuais e consolidadas, foram utilizadas informações financeiras das controladas encerradas na mesma data-base e consistentes com as políticas contábeis da Companhia. Consequentemente, as coligadas e controladas que apresentam suas demonstrações financeiras de acordo com práticas contábeis distintas à da Controladora, sempre que necessário, são realizados ajustes para adequar as políticas contábeis da Companhia. As empresas que compõem a consolidação da Companhia são:

	31.12.2024		31.12.2023	
	Participação Direta	Indireta	Participação Direta	Indireta
Controladas				
Asap Log - Logística e Soluções Ltda. ("Asap Logística")	100,00%	-	100,00%	-
Asap Log Ltda. ("Asap Log")	-	100,00%	-	100,00%
BanQi Cartões Instituição de Pagamento Ltda. ("BanQi Adm")	-	100,00%	-	100,00%
BanQi Instituição de Pagamento Ltda. ("BanQi")	-	100,00%	-	100,00%
BanQi Sociedade de Crédito Financiamento e Investimento S.A. ("BNQI")	-	100,00%	-	100,00%
Casas Bahia Tecnologia Ltda. ("CB Tecnologia")	16,19%	83,81%	16,19%	83,81%
Celer Processamento Comércio e Serviço Ltda. ("BanQi Pagamentos")	-	100,00%	-	100,00%
Crédito Com. Eletrônico S.A. ("Cnova")	100,00%	-	100,00%	-
CNT Soluções em Negócios Digitais e Logística Ltda. ("CNT Soluções")	-	100,00%	-	100,00%
CNTLog Express Logística e Transporte Ltda. ("CNT Express")	-	100,00%	-	100,00%
Globex Administração e Serviços Ltda. ("GAS")	99,99%	0,01%	99,99%	0,01%
Globex Administradora de Consórcios Ltda. ("GAC")	99,99%	0,01%	99,99%	0,01%
Indústria de Móveis Bartira Ltda. ("Bartira")	99,99%	0,01%	99,99%	0,01%
Integra Soluções para Varejo Digital Ltda. ("Integra")	-	100,00%	-	100,00%
Lake Niassa Empreendimentos e Participações Ltda. ("Lake")	99,99%	0,01%	99,99%	0,01%

Coligadas

Financeira Itaú CBD S.A. Crédito, Financiamento e Investimento ("FIC")	-	-	-	-
Banco Investidor Unibanco S.A. ("BINV")	-	14,24%	-	14,24%
Distrito Tecnologia e Serviços S.A. ("Distrito")	-	50,00%	-	50,00%
Fundos de investimentos em direitos creditórios ("FIDC's")	-	16,67%	-	16,67%
BanQi Fundo de Investimento em Direitos Creditórios ("FIDC NP")	-	100,00%	-	100,00%
BanQi EP Fundo de Investimento em Direitos Creditórios ("FIDC EP")	-	100,00%	-	100,00%
IBCB-AF01 Fundo de Investimento em Direitos Creditórios ("FIDC IBCB") (i)	39,83%	-	-	-

(i) A Companhia possui a titularidade de todas as cotas subordinadas do Fundo, o que a deixa substancialmente exposta aos riscos e benefícios relacionados ao Fundo, por isso, suas informações financeiras estão consolidadas nas informações financeiras do Grupo Casas Bahia. Descrição das principais controladas: **Bartira:** A Bartira fundada em 11 de maio de 1962, tem por objetivo a fabricação e comercialização de móveis em geral, com predominância em madeira. **Lake:** A Lake é uma holding que tem por objetivo concentrar as participações da Companhia nas empresas financeiras: FIC, BINV, BanQi, BNQI e BanQi Adm. **Asap Logística e Asap Log:** A Asap Logística e a Asap Log têm como principal objetivo otimizar as operações logísticas do Grupo Casas Bahia, tendo como foco principal a administração logística entre as lojas e centros de distribuição da Companhia. **CNT Soluções e CNT Express:** As CNT's são lojas especializadas em ofertas completas para operações de e-commerce, multi-marketplace e plataformas no modelo *plug & play*, atuando em (i) fulfillment e (ii) fulfillment (*white label*) através de soluções personalizadas e baseada em tecnologias próprias. **BanQi:** O BanQi atua como carteira 100% digital, através do aplicativo do BanQi, os clientes do Grupo Casas Bahia têm acesso ao cartão Casas Bahia digitalmente e podem fazer consultas, pagamentos e controlar as parcelas sem a necessidade de ir até uma das lojas. O aplicativo também fornece acesso a diversos serviços bancários. **4.2 Instrumentos financeiros:** Um instrumento financeiro é um contrato que dá origem a um ativo financeiro de uma entidade e a um passivo financeiro ou instrumento patrimonial de outra entidade. **a) Reconhecimento inicial e mensuração:** A classificação dos ativos financeiros no reconhecimento inicial depende das características dos fluxos de caixa contratuais e do modelo de negócios da Companhia para a gestão destes ativos financeiros. Os ativos financeiros são classificados, no reconhecimento inicial, como mensurado: ao custo amortizado, ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes ou ao valor justo por meio do resultado. Um ativo financeiro precisa gerar fluxos de caixa que sejam exclusivamente pagamentos de principal e juros sobre o valor principal em aberto, para que seja classificado e mensurado pelo custo amortizado ou pelo valor justo por meio de outros resultados abrangentes, essa avaliação é executada em nível de instrumento. Ativos financeiros com fluxos de caixa que não sejam exclusivamente pagamentos de principal e de juros, são classificados e mensurados ao valor justo por meio do resultado, independentemente do modelo de negócio adotado. Passivos financeiros são classificados, no reconhecimento inicial, como mensurado: ao custo amortizado, ao valor justo por meio do resultado ou derivativos desenhados no instrumento de hedge em um hedge efetivo, conforme apropriado. Todos os passivos financeiros são classificados como mensurados ao custo amortizado ou ao valor justo por meio do resultado. É classificado como mensurado ao valor justo por meio do resultado caso for classificado como mantido para negociação. Mensuração subsequente de ativos financeiros: **Mensurados ao custo amortizado:** Os ativos financeiros ao custo amortizado são subsequentemente mensurados usando o método de juros efetivos e estão sujeitos aos seguintes resultados: Ativos financeiros ao valor justo por meio do resultado são apresentados no balanço patrimonial pelo valor justo, com as variações líquidas do valor justo reconhecidas na demonstração do resultado. Essa categoria contempla instrumentos derivativos, os quais a Companhia não tem a classificação de forma irrevogável ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes. A Companhia não possui ativos financeiros com essas características. **b) Redução ao valor recuperável de ativos financeiros:** A Companhia aplica a abordagem simplificada do CPC 48 - Instrumentos Financeiros, para mensuração das perdas de crédito esperadas considerando uma provisão para perdas incorridas ao longo da vida útil para todas as contas a receber de carteira. Para as contas a receber de crédito esperadas, as contas a receber de clientes foram agrupadas com base em características comuns perdas de risco de crédito e nos dias de atraso. As taxas de perdas esperadas são baseadas nos perfis de pagamento de vendas durante o período de 12 meses e as perdas de crédito históricas correspondentes, incorridas durante esse período, ajustadas para fatores prospectivos específicos relativos aos acionistas e para o ambiente econômico. **c) Mensuração subsequente de passivos financeiros:** Os passivos financeiros são mensurados ao custo amortizado, exceto os passivos financeiros a juros são mensurados subsequentemente pelo custo amortizado, utilizando o método da taxa de juros efetiva. Ganhos e perdas são reconhecidos no resultado quando os passivos são desreconhecidos, bem como pelo processo de amortização da taxa de juros efetiva. O custo amortizado é calculado levando em consideração qualquer deságio ou ágio na aquisição e taxas ou custos que são parte integrante do método da taxa de juros efetiva. A amortização pelo método da taxa de juros efetiva é incluída nos resultados abrangentes. **d) Desreconhecimento de instrumentos financeiros:** Ativos financeiros a juros são mensurados subsequentemente pelo custo amortizado, exceto os passivos financeiros sujeitos a juros são mensurados subsequentemente pelo custo amortizado, utilizando o método da taxa de juros efetiva. Ganhos e perdas são reconhecidos no resultado quando os passivos são desreconhecidos, bem como pelo processo de amortização da taxa de juros efetiva. O custo amortizado é calculado levando em consideração qualquer deságio ou ágio na aquisição e taxas ou custos que são parte integrante do método da taxa de juros efetiva. A amortização pelo método da taxa de juros efetiva é incluída nos resultados abrangentes. **e) Desreconhecimento de instrumentos financeiros:** Ativos financeiros a juros são mensurados subsequentemente pelo custo amortizado, exceto os passivos financeiros sujeitos a juros são mensurados subsequentemente pelo custo amortizado, utilizando o método da taxa de juros efetiva. Ganhos e perdas são reconhecidos no resultado quando os passivos são desreconhecidos, bem como pelo processo de amortização da taxa de juros efetiva. O custo amortizado é calculado levando em consideração qualquer deságio ou ágio na aquisição e taxas ou custos que são parte integrante do método da taxa de juros efetiva. A amortização pelo método da taxa de juros efetiva é incluída nos resultados abrangentes. **f) Desreconhecimento de instrumentos financeiros:** Ativos financeiros a juros são mensurados subsequentemente pelo custo amortizado, exceto os passivos financeiros sujeitos a juros são mensurados subsequentemente pelo custo amortizado, utilizando o método da taxa de juros efetiva. Ganhos e perdas são reconhecidos no resultado quando os passivos são desreconhecidos, bem como pelo processo de amortização da taxa de juros efetiva. O custo amortizado é calculado levando em consideração qualquer deságio ou ágio na aquisição e taxas ou custos que são parte integrante do método da taxa de juros efetiva. A amortização pelo método da taxa de juros efetiva é incluída nos resultados abrangentes. **g) Desreconhecimento de instrumentos financeiros:** Ativos financeiros a juros são mensurados subsequentemente pelo custo amortizado, exceto os passivos financeiros sujeitos a juros são mensurados subsequentemente pelo custo amortizado, utilizando o método da taxa de juros efetiva. Ganhos e perdas são reconhecidos no resultado quando os passivos são desreconhecidos, bem como pelo processo de amortização da taxa de juros efetiva. O custo amortizado é calculado levando em consideração qualquer deságio ou ágio na aquisição e taxas ou custos que são parte integrante do método da taxa de juros efetiva. A amortização pelo método da taxa de juros efetiva é incluída nos resultados abrangentes. **h) Desreconhecimento de instrumentos financeiros:** Ativos financeiros a juros são mensurados subsequentemente pelo custo amortizado, exceto os passivos financeiros sujeitos a juros são mensurados subsequentemente pelo custo amortizado, utilizando o método da taxa de juros efetiva. Ganhos e perdas são reconhecidos no resultado quando os passivos são desreconhecidos, bem como pelo processo de amortização da taxa de juros efetiva. O custo amortizado é calculado levando em consideração qualquer deságio ou ágio na aquisição e taxas ou custos que são parte integrante do método da taxa de juros efetiva. A amortização pelo método da taxa de juros efetiva é incluída nos resultados abrangentes. **i) Desreconhecimento de instrumentos financeiros:** Ativos financeiros a juros são mensurados subsequentemente pelo custo amortizado, exceto os passivos financeiros sujeitos a juros são mensurados subsequentemente pelo custo amortizado, utilizando o método da taxa de juros efetiva. Ganhos e perdas são reconhecidos no resultado quando os passivos são desreconhecidos, bem como pelo processo de amortização da taxa de juros efetiva. O custo amortizado é calculado levando em consideração qualquer deságio ou ágio na aquisição e taxas ou custos que são parte integrante do método da taxa de juros efetiva. A amortização pelo método da taxa de juros efetiva é incluída nos resultados abrangentes. **j) Desreconhecimento de instrumentos financeiros:** Ativos financeiros a juros são mensurados subsequentemente pelo custo amortizado, exceto os passivos financeiros sujeitos a juros são mensurados subsequentemente pelo custo amortizado, utilizando o método da taxa de juros efetiva. Ganhos e perdas são reconhecidos no resultado quando os passivos são desreconhecidos, bem como pelo processo de amortização da taxa de juros efetiva. O custo amortizado é calculado levando em consideração qualquer deságio ou ágio na aquisição e taxas ou custos que são parte integrante do método da taxa de juros efetiva. A amortização pelo método da taxa de juros efetiva é incluída nos resultados abrangentes. **k) Desreconhecimento de instrumentos financeiros:** Ativos financeiros a juros são mensurados subsequentemente pelo custo amortizado, exceto os passivos financeiros sujeitos a juros são mensurados subsequentemente pelo custo amortizado, utilizando o método da taxa de juros efetiva. Ganhos e perdas são reconhecidos no resultado quando os passivos são desreconhecidos, bem como pelo processo de amortização da taxa de juros efetiva. O custo amortizado é calculado levando em consideração qualquer deságio ou ágio na aquisição e taxas ou custos que são parte integrante do método da taxa de juros efetiva. A amortização pelo método da taxa de juros efetiva é incluída nos resultados abrangentes. **l) Desreconhecimento de instrumentos financeiros:** Ativos financeiros a juros são mensurados subsequentemente pelo custo amortizado, exceto os passivos financeiros sujeitos a juros são mensurados subsequentemente pelo custo amortizado, utilizando o método da taxa de juros efetiva. Ganhos e perdas são reconhecidos no resultado quando os passivos são desreconhecidos, bem como pelo processo de amortização da taxa de juros efetiva. O custo amortizado é calculado levando em consideração qualquer deságio ou ágio na aquisição e taxas ou custos que são parte integrante do método da taxa de juros efetiva. A amortização pelo método da taxa de juros efetiva é incluída nos resultados abrangentes. **m) Desreconhecimento de instrumentos financeiros:** Ativos financeiros a juros são mensurados subsequentemente pelo custo amortizado, exceto os passivos financeiros sujeitos a juros são mensurados subsequentemente pelo custo amortizado, utilizando o método da taxa de juros efetiva. Ganhos e perdas são reconhecidos no resultado quando os passivos são desreconhecidos, bem como pelo processo de amortização da taxa de juros efetiva. O custo amortizado é calculado levando em consideração qualquer deságio ou ágio na aquisição e taxas ou custos que são parte integrante do método da taxa de juros efetiva. A amortização pelo método da taxa de juros efetiva é incluída nos resultados abrangentes. **n) Desreconhecimento de instrumentos financeiros:** Ativos financeiros a juros são mensurados subsequentemente pelo custo amortizado, exceto os passivos financeiros sujeitos a juros são mensurados subsequentemente pelo custo amortizado, utilizando o método da taxa de juros efetiva. Ganhos e perdas são reconhecidos no resultado quando os passivos são desreconhecidos, bem como pelo processo de amortização da taxa de juros efetiva. O custo amortizado é calculado levando em consideração qualquer deságio ou ágio na aquisição e taxas ou custos que são parte integrante do método da taxa de juros efetiva. A amortização pelo método da taxa de juros efetiva é incluída nos resultados abrangentes. **o) Desreconhecimento de instrumentos financeiros:** Ativos financeiros a juros são mensurados subsequentemente pelo custo amortizado, exceto os passivos financeiros sujeitos a juros são mensurados subsequentemente pelo custo amortizado, utilizando o método da taxa de juros efetiva. Ganhos e perdas são reconhecidos no resultado quando os passivos são desreconhecidos, bem como pelo processo de amortização da taxa de juros efetiva. O custo amortizado é calculado levando em consideração qualquer deságio ou ágio na aquisição e taxas ou custos que são parte integrante do método da taxa de juros efetiva. A amortização pelo método da taxa de juros efetiva é incluída nos resultados abrangentes. **p) Desreconhecimento de instrumentos financeiros:** Ativos financeiros a juros são mensurados subsequentemente pelo custo amortizado, exceto os passivos financeiros sujeitos a juros são mensurados subsequentemente pelo custo amortizado, utilizando o método da taxa de juros efetiva. Ganhos e perdas são reconhecidos no resultado quando os passivos são desreconhecidos, bem como pelo processo de amortização da taxa de juros efetiva. O custo amortizado é calculado levando em consideração qualquer deságio ou ágio na aquisição e taxas ou custos que são parte integrante do método da taxa de juros efetiva. A amortização pelo método da taxa de juros efetiva é incluída nos resultados abrangentes. **q) Desreconhecimento de instrumentos financeiros:** Ativos financeiros a juros são mensurados subsequentemente pelo custo amortizado, exceto os passivos financeiros sujeitos a juros são mensurados subsequentemente pelo custo amortizado, utilizando o método da taxa de juros efetiva. Ganhos e perdas são reconhecidos no resultado quando os passivos são desreconhecidos, bem como pelo processo de amortização da taxa de juros efetiva. O custo amortizado é calculado levando em consideração qualquer deságio ou ágio na aquisição e taxas ou custos que são parte integrante do método da taxa de juros efetiva. A amortização pelo método da taxa de juros efetiva é incluída nos resultados abrangentes. **r) Desreconhecimento de instrumentos financeiros:** Ativos financeiros a juros são mensurados subsequentemente pelo custo amortizado, exceto os passivos financeiros sujeitos a juros são mensurados subsequentemente pelo custo amortizado, utilizando o método da taxa de juros efetiva. Ganhos e perdas são reconhecidos no resultado quando os passivos são desreconhecidos, bem como pelo processo de amortização da taxa de juros efetiva. O custo amortizado é calculado levando em consideração qualquer deságio ou ágio na aquisição e taxas ou custos que são parte integrante do método da taxa de juros efetiva. A amortização pelo método da taxa de juros efetiva é incluída nos resultados abrangentes. **s) Desreconhecimento de instrumentos financeiros:** Ativos financeiros a juros são mensurados subsequentemente pelo custo amortizado, exceto os passivos financeiros sujeitos a juros são mensurados subsequentemente pelo custo amortizado, utilizando o método da taxa de juros efetiva. Ganhos e perdas são reconhecidos no resultado quando os passivos são desreconhecidos, bem como pelo processo de amortização da taxa de juros efetiva. O custo amortizado é calculado levando em consideração qualquer deságio ou ágio na aquisição e taxas ou custos que são parte integrante do método da taxa de juros efetiva. A amortização pelo método da taxa de juros efetiva é incluída nos resultados abrangentes. **t) Desreconhecimento de instrumentos financeiros:** Ativos financeiros a juros são mensurados subsequentemente pelo custo amortizado, exceto os passivos financeiros sujeitos a juros são mensurados subsequentemente pelo custo amortizado, utilizando o método da taxa de juros efetiva. Ganhos e perdas são reconhecidos no resultado quando os passivos são desreconhecidos, bem como pelo processo de amortização da taxa de juros efetiva. O custo amortizado é calculado levando em consideração qualquer deságio ou ágio na aquisição e taxas ou custos que são parte integrante do método da taxa de juros efetiva. A amortização pelo método da taxa de juros efetiva é incluída nos resultados abrangentes. **u) Desreconhecimento de instrumentos financeiros:** Ativos financeiros a juros são mensurados subsequentemente pelo custo amortizado, exceto os passivos financeiros sujeitos a juros são mensurados subsequentemente pelo custo amortizado, utilizando o método da taxa de juros efetiva. Ganhos e perdas são reconhecidos no resultado quando os passivos são desreconhecidos, bem como pelo processo de amortização da taxa de juros efetiva. O custo amortizado é calculado levando em consideração qualquer deságio ou ágio na aquisição e taxas ou custos que são parte integrante do método da taxa de juros efetiva. A amortização pelo método da taxa de juros efetiva é incluída nos resultados abrangentes. **v) Desreconhecimento de instrumentos financeiros:** Ativos financeiros a juros são mensurados subsequentemente pelo custo amortizado, exceto os passivos financeiros sujeitos a juros são mensurados subsequentemente pelo custo amortizado, utilizando o método da taxa de juros efetiva. Ganhos e perdas são reconhecidos no resultado quando os passivos são desreconhecidos, bem como pelo processo de amortização da taxa de juros efetiva. O custo

→ continuação

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS PARA O EXERCÍCIO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2024 - Em milhões de reais, exceto quando indicado de outra forma

O plano de realização do crédito de ICMS (monetização) é acompanhado periodicamente com intuito de garantir o cumprimento das premissas estabelecidas. Sempre que necessário, são realizadas revisões nas premissas estabelecidas com o objetivo de refletir no plano os eventos de negócio, permitindo assim ter maior controle da realização dos referidos créditos. Com relação aos créditos que ainda não podem ser compensados de forma imediata, a Administração da Companhia, com base em estudos técnicos de recuperação, e com base na expectativa futura de desempenho operacional, entende ser viável a compensação futura dos referidos créditos. Os estudos mencionados são preparados e revisados periodicamente com suporte em informações extraídas do planejamento estratégico previamente aprovado pelo Conselho de Administração da Companhia. Para as Demonstrações Financeiras individuais e consolidadas referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2024, a Administração da Companhia acredita que as premissas estabelecidas estão aderentes e refletem a melhor expectativa de realização dos referidos créditos. Cabe ainda destacar que a realização dos referidos créditos também pode ocorrer através de processo de ressarcimento junto às Secretarias da Fazenda Estaduais mediante a apresentação dos documentos fiscais e arquivos digitais relativos às operações realizadas que geraram para a Companhia o direito ao ressarcimento. A Companhia firmou contratos de venda de crédito de ICMS no valor de R\$890 em exercícios anteriores e concluiu as transferências desses créditos durante o exercício de 2024. (ii) Reconhecimento de crédito de PIS e COFINS - Terceiros: No exercício findo em 31 de dezembro de 2024, a Companhia reconheceu o crédito de PIS e COFINS de terceiros no montante de R\$683, referente a exclusão do ICMS da base de cálculo do PIS/COFINS. O respectivo crédito tão logo seja compensado pela Companhia e homologado em definitivo pela Receita Federal do Brasil deverá ser repassado integralmente líquido de impostos para terceiros, razão pela qual a Companhia também registrou montante equivalente no passivo não circulante no grupo de "Outros Passivos".

c) Expectativa de realização dos tributos a recuperar:

	Controladora				Total
	ICMS	PIS e COFINS	IRPJ e CSLL	Outros	
2025	423	796	71	14	1.304
2026	1.087	968	-	114	2.169
2027	293	806	-	54	1.153
2028	129	476	-	-	605
2029	63	322	-	-	385
Mais de 5 anos	1.995	3.368	161	182	5.777
			232		
	Consolidado				Total
	ICMS	PIS e COFINS	IRPJ e CSLL	Outros	
2025	437	806	91	18	1.352
2026	1.087	968	-	114	2.169
2027	293	806	-	55	1.154
2028	129	476	-	-	605
2029	63	470	-	-	533
Mais de 5 anos	2.009	3.526	260	187	5.982

9. Partes relacionadas:

	Balanco Patrimonial				Demonstração do resultado			
	Controladora		Consolidado		Controladora		Consolidado	
	31.12.2024	31.12.2023	31.12.2024	31.12.2023	31.12.2024	31.12.2023	31.12.2024	31.12.2023
Bartira (a)	124	141	-	-	(415)	(323)	-	-
Aquisição de mercadorias	(25)	(41)	-	-	(415)	(323)	-	-
Adiantamentos	149	182	-	-	-	-	-	-
Asap Logística (b)	(185)	(210)	-	-	(305)	(282)	-	-
Serviços contratados - Fretes	(159)	(187)	-	-	(305)	(282)	-	-
Outros	(26)	(23)	-	-	-	-	-	-
Asap Log (b)	1	1	-	-	(59)	(55)	-	-
Serviços contratados - Fretes	(3)	(3)	-	-	(59)	(55)	-	-
Outros	4	4	-	-	-	-	-	-
CB Tecnologia (c)	(132)	(130)	-	-	(336)	(367)	-	-
Serviços contratados - TI	(132)	(130)	-	-	(336)	(367)	-	-
Integra	8	1	-	-	17	-	-	-
Venda de mercadorias	8	1	-	-	17	-	-	-
BanQi IP (f)	3	17	-	-	(20)	(13)	-	-
Comissões	(12)	(5)	-	-	(20)	(13)	-	-
Adiantamentos	17	16	-	-	-	-	-	-
Outros	(2)	6	-	-	-	-	-	-
FIDC IBCB (e)	(444)	-	-	-	(13)	-	-	-
Fornecedores portal	(241)	-	-	-	-	-	-	-
Fornecedores convênio	(203)	-	-	-	(13)	-	-	-
Celer	-	3	-	-	-	-	-	-
Repasso de despesas administrativas	-	3	-	-	-	-	-	-
GAS (h)	(16)	-	-	-	(1)	-	-	-
Mútuo	(16)	-	-	-	(1)	-	-	-
GAC (h)	(36)	-	-	-	(1)	-	-	-
Mútuo	(36)	-	-	-	(1)	-	-	-
Lake (h)	(106)	-	-	-	(6)	-	-	-
Mútuo	(106)	-	-	-	(6)	-	-	-
Controladas - Saldo líquido	(789)	(177)	-	-	(1.139)	(1.040)	-	-
	Balanco Patrimonial				Demonstração do resultado			
	Controladora		Consolidado		Controladora		Consolidado	
	31.12.2024	31.12.2023	31.12.2024	31.12.2023	31.12.2024	31.12.2023	31.12.2024	31.12.2023
CBEP (g) (i)	363	393	410	437	26	(14)	27	(7)
Demandas judiciais	363	393	410	437	26	(8)	27	(1)
Aluguel	-	-	-	-	-	(6)	-	(6)
FIC (d)	(1)	(2)	(1)	(2)	(8)	(19)	(8)	(19)
Repasso - Corban	(1)	(1)	(1)	(2)	-	-	-	-
Contas a pagar - Antecipações	-	(1)	-	-	(1)	(12)	(1)	(12)
Taxas	-	-	-	-	(7)	(7)	(7)	(7)
BINV (d)	(1)	-	(1)	-	(42)	-	(16)	(42)
Repasso - Corban	(1)	-	(1)	-	-	-	-	-
Contas a pagar - Antecipações	-	-	-	-	(19)	(47)	(19)	(47)
Comissões - Corban	-	1	-	1	3	5	3	5
Outras - Saldo líquido	361	391	408	435	2	(75)	3	(68)
Partes relacionadas - Saldo líquido	(422)	214	408	435	(1.137)	(1.115)	3	(68)
Ativo circulante	501	500	295	268	-	-	-	-
Ativo não circulante	75	126	122	170	-	-	-	-
Passivo circulante	(998)	(410)	(9)	(3)	-	-	-	-
Passivo não circulante	-	(2)	-	-	-	-	-	-

As operações com partes relacionadas, são oriundas de transações que a Companhia mantém com suas controladas e com outras entidades relacionadas. Essas transações foram contabilizadas substancialmente segundo os preços, termos e condições usuais de mercado acordadas entre as partes, sendo as principais: **a. Operações de venda de mercadorias:** A Bartira vende móveis à Companhia. **b. Operações de fretes:** A Asap Logística e a Asap Log realizam operações de fretes à Companhia. **c. Desenvolvimento de sistemas:** A CB Tecnologia realiza desenvolvimentos de sistemas à Companhia. **d. Operações de crédito:** A Companhia atua como correspondente bancário para serviços operados pela FIC e pela BINV. A FIC e BINV atuam também como operadoras de cartão de crédito, emitindo cartões e financiando compras de clientes, esses saldos estão registrados na rubrica "Contas a receber" em "Administradoras de cartões de crédito" (vide nota explicativa nº 6). No exercício findo em 31 de dezembro de 2024, o saldo de cartões de crédito a receber da FIC e BINV era de R\$20 (R\$23 em 31 de dezembro de 2023). **e. Operações de antecipação a fornecedores:** O FIDC IBCB, atua nas operações de "Fornecedores portal" e "Fornecedores convênio" (vide detalhes das operações na nota explicativa nº 13(a)). Todos os direitos creditórios adquiridos pelo Fundo são liquidados pela Companhia. **f. Aplicativo BanQi:** A Companhia paga comissões pelas operações de conta digital realizadas através do aplicativo do BanQi IP. **g. Operações de aluguéis:** A Companhia e sua controlada Bartira têm contratos de aluguéis de 161 imóveis com a CBEP. Esses saldos estão registrados nas rubricas de "Direito de uso" e "Passivo de arrendamento", conforme demonstrado na nota explicativa nº 19.

	Ativo (Passivo)			
	Controladora		Consolidado	
	31.12.2024	31.12.2023	31.12.2024	31.12.2023
Ativo de direito de uso	482	507	709	709
Passivo de arrendamento	(76)	(1.072)	(835)	(1.111)
	(314)	(388)	(328)	(402)
	Depreciação e juros apropriados			
	Controladora		Consolidado	
	31.12.2024	31.12.2023	31.12.2024	31.12.2023
Depreciação	(86)	(103)	(90)	(107)
Juros apropriados	(107)	(145)	(112)	(150)
	(193)	(248)	(202)	(257)

h. Contratos de mútuo com controladas: Durante o exercício findo em 31 de dezembro de 2024, a Companhia captou R\$147 através de contratos de mútuos, com prazo de 1 ano e remuneração de 100% do CDI.

Empresas	Data da captação	
	31.12.2024	31.12.2024
GAC	20/08/2024	(36)
GAS	29/04/2024	(16)
Lake	29/04/2024	(82)
Lake	03/10/2024	(24)

i. Acordo de Associação: Em 2010, foi celebrado um "Acordo de Associação" entre a Companhia, CBD, CBEP e sócios da CBEP que, dentre outros aspectos, assegurou à Companhia o direito de ser indenizada por CBD, CBEP e sócios da CBEP por eventuais perdas e/ou danos, geradas por demandas judiciais e/ou reembolso de despesas cujo fato gerador tenha ocorrido durante o período de gestão dos antigos controladores da Companhia e das empresas mencionadas do referido Acordo de Associação. A Companhia tem mantido os termos contratuais do Acordo de Associação até a data de aprovação dessas Demonstrações Financeiras individuais e consolidadas. Em 14 de junho de 2019, a CBD realizou a venda integral da sua participação acionária da Companhia. A partir dessa data, os montantes a receber de CBD passaram a ser reconhecidos na rubrica de outros ativos no ativo circulante. **j. Remuneração da Administração:** As despesas relativas à remuneração total do pessoal da alta Administração (diretores estatutários e membros do Conselho de Administração), registradas na Demonstração do Resultado dos exercícios findos em 31 de dezembro de 2024 e 2023, foram as seguintes:

	31.12.2024				31.12.2023			
	Benefícios de curto prazo		Benefícios de longo prazo		Remuneração baseada em ações		Pós emprego e rescisórios	
	31.12.2022	31.12.2023	31.12.2022	31.12.2023	31.12.2022	31.12.2023	31.12.2022	31.12.2023
Diretoria	37	4	2	2	45	30	(2)	28
Conselho de Administração	9	-	-	-	9	6	-	6
Conselho Fiscal	1	-	-	-	1	1	-	1
	47	4	2	2	55	37	(2)	35

Em 30 de março de 2024, a Companhia fixou a remuneração global anual dos membros da Administração da Companhia para o exercício de 2024 no valor de R\$ 53 (Não inclui as provisões para remuneração baseada em ações).

10. Investimentos:

a) Política contábil: Controladas são todas as entidades que o Grupo Casas Bahia detém, direta ou indiretamente, controle sobre suas operações. O controle é definido: (i) Pelo poder decisório que a Companhia detém sobre as atividades operacionais e financeiras significativas em suas investidas; (ii) Por sua habilidade de utilizar esse poder, e (iii) Pela sua exposição aos retornos dessas entidades. As Demonstrações Financeiras das controladas estão incluídas nas Demonstrações Financeiras consolidadas desde a data que o controle foi adquirido. Quando ocorre a perda de controle de alguma controlada, a consolidação das Demonstrações Financeiras da até então controlada é interrompida. Ganhos ou perdas resultantes, inclusive qualquer montante recebido pela alienação de investimento, são reconhecidos no resultado do exercício quando há a perda de controle. Empresas coligadas são aquelas nas quais a Companhia exerce influência significativa, mas sem exercer o controle. Os investimentos em empresas coligadas nas Demonstrações Financeiras consolidadas são reconhecidos pelo método de equivalência patrimonial. Os investimentos nas empresas controladas e coligadas, nas Demonstrações Financeiras individuais da controladora, encontram-se registrados pelo método da equivalência patrimonial. De acordo com esse método, as participações sobre os investimentos são reconhecidas no balanço patrimonial ao custo, e são ajustadas periodicamente pelo valor correspondente à participação nos resultados líquidos destes, em contrapartida de resultado da equivalência patrimonial e por outras variações ocorridas nos ativos líquidos adquiridos. Adicionalmente, as participações poderão igualmente ser ajustadas pelo reconhecimento de perdas pela não recuperabilidade do investimento (*impairment*). Os dividendos recebidos dessas empresas são registrados como uma redução do valor dos investimentos.

b) Saldos e movimentação:

	Controladora						
	31.12.2022	31.12.2023	Incorporação	Aumento de capital	Lucros não realizados nos estoques	Distribuição de dividendos	Equivalência por resultado
Empresas controladas	744	755	220	231	49	23	1.999
Lake	744	755	-	-	-	-	-
Bartira	-	-	(17)	17	-	-	-
Asap Logística	-	-	-	-	-	-	-
Cnova	-	-	-	-	-	-	-
CB Tecnologia	-	-	-	-	-	-	-
Outros	-	-	-	-	-	-	-
Total	744	755	220	231	49	23	1.999
	Consolidado						
	31.12.2022	31.12.2023	Aumento de capital	Lucros não realizados nos estoques	Equivalência por resultado	Distribuição de dividendos	Pagamento baseado em ações
Empresas controladas	791	772	289	129	18	25	2.024
Lake	791	772	-	-	-	-	-
Bartira	-	-	2	6	-	-	-
Asap Logística	-	-	-	-	-	-	-
Cnova	-	-	-	-	-	-	-
CB Tecnologia	-	-	-	-	-	-	-
Outros	-	-	-	-	-	-	-
Total	791	772	289	129	18	25	2.024
	Consolidado						
	31.12.2022	31.12.2023	Aumento de capital	Lucros não realizados nos estoques	Equivalência por resultado	Distribuição de dividendos	Pagamento baseado em ações
Empresas coligadas	200	49	26	16	50	16	299
FIC	200	49	-	-	-	-	-
GINV	-	-	-	-	-	-	-
Distrito	-	-	-	-	-	-	-
Total	200	49	26	16	50	16	299

c) Informações financeiras resumidas das coligadas: FIC e BINV: São instituições financeiras criadas com o objetivo de financiar as vendas diretamente para clientes de CBD e do Grupo Casas Bahia. A BINV é resultado da associação da Companhia com o Banco Itaú Unibanco S.A., enquanto a FIC é resultado da associação da Companhia com o Banco Itaú Unibanco S.A. e a CBD. A Companhia exerce influência significativa nessas instituições, mas não o controle. Em 31 de dezembro de 2024, a participação da Companhia no capital votante total da FIC e BINV corresponde a 14,24% e 50,00%, respectivamente, oriundos dos investimentos da controlada Lake. **Distrito:** O Distrito é uma *hub* de inovação que detém uma plataforma completa para apoiar empresas em sua transformação através da tecnologia. Com o seu ecossistema de inovação aberto, sustentado por dados e inteligência artificial, o Distrito conecta grandes empresas, *startups*, investidores e acadêmicos, para gerar novos modelos de negócios vencedores, mais colaborativos, eficientes, transparentes e sustentáveis. A Companhia exerce influência significativa no Distrito, mas não o controle. Em 31 de dezembro de 2024, a participação da Companhia no capital votante total do Distrito corresponde a 16,67%, oriundo do investimento realizado pela controlada Cnova.

A seguir, apresentamos informações referentes as coligadas que a Companhia julga como relevantes para o cálculo da equivalência patrimonial:

	FIC		BINV	
	31.12.2024	31.12.2023	31.12.2024	31.12.2023
Balanco patrimonial	9.674	9.649	909	984
Ativo circulante	1	1	-	-
Ativo não circulante	9.673	9.650	909	984
Passivo circulante	8.263	7.892	773	876
Passivo não circulante (i)	1.412	1.758	136	108
Demonstração do resultado	9.675	9.650	909	984
Lucro líquido	349	293	32	16

(i) O cálculo do investimento considera o patrimônio líquido da investida, deduzido da reserva especial de ágio, a qual é de direito exclusivo do Itaú Unibanco S.A.

11. Imobilizado:

a) Política contábil: Os itens do imobilizado são mensurados pelo custo histórico de aquisição ou construção, deduzido da depreciação acumulada e das perdas por redução ao valor recuperável (*impairment*) acumuladas, quando aplicável. A depreciação é calculada sobre o valor depreciável, aplicando-se o método linear às taxas estabelecidas, e leva em conta o tempo de vida útil estimado dos bens, refletindo, assim, o padrão de consumo de benefícios econômicos futuros incorporados ao ativo. A vida útil dos ativos e os métodos de depreciação são revisados no final de cada período e ajustados de forma prospectiva. As taxas de depreciação e amortização ponderadas que expressam o tempo de vida útil dos bens do ativo imobilizado e do direito de uso, respectivamente, estão assim distribuídas:

Categoria de ativos	Vida útil média ponderada estimada em anos 31.12.2024	
	Vida útil atual	Vida útil anterior
Edifícios	60	40
Benefetorias em imóveis de terceiros	24	15
Máquinas e equipamentos	14	10
Equipamentos de informática	9	

*continuação

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS PARA O EXERCÍCIO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2024 - Em milhões de reais, exceto quando indicado de outra forma

possuem viabilidade econômica. Aqueles casos em que não seja provável que os ativos intangíveis seriam capazes de gerar benefícios econômicos e/ou que sua manutenção não esteja alinhada com a estratégia atual da administração da Companhia, são descontinuados. Durante o exercício findo em 31 de dezembro de 2024, a Administração da Companhia efetuou a respectiva análise e, como consequência, não houve perda relacionada à redução ao valor recuperável. Para a determinação do valor recuperável dos ativos intangíveis relativos à combinação de negócios, os seus respectivos valores foram devidamente alocados ao único segmento que a Companhia reporta. As aquisições das controladas foram estratégicas e realizadas com o objetivo de explorar o grande potencial de sinergias entre os negócios, bem como avançar o fluxo de clientes para as lojas físicas e e-commerce. Dessa forma, o teste de impairment para o ágio foi realizado tomando os fluxos de caixa futuros projetados para os próximos 10 anos de cada atividade em virtude do plano de negócios da Companhia que é estruturado de forma a demonstrar a realização de seus ativos nesse prazo. Para a determinação do valor recuperável, duas principais premissas foram utilizadas na elaboração do teste: (i) taxa de crescimento do decênio 2025-2034, conforme o planejamento estratégico da Companhia; (ii) taxa de desconto representativa ao custo médio ponderado de capital das investidas de 17,25%. A perpetuidade foi calculada considerando as mesmas premissas do último período. Como resultado dessa análise, no exercício findo em 31 de dezembro de 2024, não foi identificada a necessidade de registro de redução ao valor recuperável para os ativos intangíveis da Companhia.

13. Fornecedores, fornecedores portal e fornecedores convênio:

a) Composição dos saldos:

	Controladora		Consolidado	
	31.12.2024	31.12.2023	31.12.2024	31.12.2023
Mercadorias	7.259	6.317	7.327	6.356
Serviços	582	740	637	823
Fornecedores portal (i)	125	23	125	23
Fornecedores risco sacado (convênio) (ii)	2.446	1.765	2.446	1.765
Fornecedores	10.412	8.845	10.546	10.967
Fornecedores portal	7.841	7.057	7.964	7.179
Fornecedores risco sacado (convênio)	2.446	1.765	2.446	1.765

A Companhia celebrou acordos com os seguintes termos e condições: (i) Fornecedores portal: A Companhia possibilita que seus fornecedores, mediante assinatura de termos de adesão, antecipem seus recebíveis com um desconto sobre o valor de fato. Essa operação pode ser feita diretamente com a Companhia e, também, através de transações desta natureza envolvendo instituições financeiras, ou FIDCs (A exemplo do FIDC IBCB apresentado na nota explicativa nº 2.8). Nestas transações, conforme acordado, as instituições financeiras antecipam um determinado montante para o fornecedor e, na data de vencimento, o montante devido pela Companhia. A decisão de aderir a esse tipo de operação é única e exclusivamente do fornecedor. Esta transação não altera as características das condições comerciais, prazos e preços anteriormente estabelecidos entre a Companhia e seu fornecedor. Os ganhos financeiros dessa operação são apropriados no resultado financeiro, em conformidade com o regime de competência e estão apresentados na nota explicativa nº 25. (ii) Fornecedores risco sacado (convênio): São de transações mercantis recorrentes entre o Grupo Casas Bahia e seus fornecedores de mercadorias. Os convênios firmados atendem aos interesses mútuos no que tange à liquidez e capital de giro de cada parte, e são firmados em decorrência de eventuais variações conjurais no nível da demanda e oferta de produtos e serviços. Devido as características de negociação comercial de prazos entre fornecedores e a Companhia, estes passivos financeiros foram incluídos em programas de captação de recursos através de linhas de crédito da Companhia junto a instituições financeiras e FIDCs. Nessa operação, o fornecedor transfere o direito de recebimento dos títulos para a instituição financeira e em troca recebe antecipadamente esses recursos da instituição financeira, que, por sua vez, passa a ser credora da operação. Em 31 de dezembro de 2024, o prazo médio dessas operações era de 73 dias com custo financeiro de 25,72% a.a. (em 31 de dezembro de 2023 o prazo médio dessas operações era de 90 dias com custo financeiro de 16,96% a.a.). Os custos financeiros dessa operação são apropriados no resultado financeiro, em conformidade com o regime de competência e estão apresentados na nota explicativa nº 25. A Companhia entende que esta transação tem natureza específica e a classifica separadamente da rubrica "Fornecedores". b) Movimentação:

	Controladora		Consolidado	
	31.12.2024	31.12.2023	31.12.2024	31.12.2023
Mercadorias para revenda (i)	6.397	27.779	(21.646)	(6.213)
Materiais e serviços (ii)	715	4.587	(4.332)	(230)
Fornecedores portal	655	310	(942)	23
Fornecedores convênio	2.463	—	(7.141)	(6.443)
	10.230	32.676	(34.061)	—
			8.845	28.772
			(9.598)	10.279
			2.446	—

	Controladora		Consolidado	
	31.12.2024	31.12.2023	31.12.2024	31.12.2023
Mercadorias para revenda (i)	6.464	28.207	(21.102)	(6.213)
Materiais e serviços (ii)	793	5.775	(5.515)	(230)
Fornecedores portal	655	310	(942)	23
Fornecedores convênio	2.463	—	(7.141)	(6.443)
	10.375	34.292	(35.700)	—
			8.967	29.673
			(9.598)	10.279
			2.446	—

(i) O saldo de adições e pagamentos de imobilizado intangível são apresentados nas atividades de investimento na Demonstração dos fluxos de caixa, no exercício findo em 31 de dezembro de 2024, esse saldo foi de R\$ 48 no individual e R\$ 42 no consolidado (R\$119 no individual e R\$120 no consolidado em 31 de dezembro de 2023).

14. Empréstimos e financiamentos:

a) Composição dos saldos:

	Controladora e consolidado	
	31.12.2024	31.12.2023
Repasses para instituições financeiras ("CDCI") (i)	19.235	5.377
Empréstimos em moeda nacional e debêntures (ii)	2.682	3.98
Debêntures - 10ª emissão (2ª série) (ii)	1.387	—
	9.446	8.959
Circulante	5.224	6.795
Não circulante	4.222	2.164

(i) Crédito Direto ao Consumidor com Interveniência do vendedor ("Repasses para instituições financeiras - CDCI"). As operações de Repasse para instituição financeira ("CDCI") correspondem ao financiamento das vendas a prazo a clientes, por intermédio de instituições financeiras (vide nota explicativa nº 6.1(a)). As taxas são pré-fixadas a taxa contratada que a Companhia realiza. Em 31 de dezembro de 2024, a média ponderada das taxas praticadas pelas instituições financeiras para as operações de CDCI era de 19,23% a.a. (18,31% a.a. em 31 de dezembro de 2023).

	Controladora e consolidado	
	31.12.2024	31.12.2023
Circulante	5.297	4.844
Não Circulante	537	539
	5.834	5.383
	(457)	(407)
Juros a apropriar	5.377	4.976

(ii) Empréstimos em moeda nacional e debêntures: Os empréstimos e financiamentos são reconhecidos inicialmente pelo valor justo deduzido de quaisquer custos de transação diretamente atribuíveis. Após o reconhecimento inicial, esses passivos financeiros são mensurados pelo custo amortizado utilizando o método dos juros efetivos, com exceção à 2ª série da 10ª emissão da debênture, que devido a sua possível conversibilidade está sendo mensurada a valor justo por meio do resultado, em conjunto com a opção de conversibilidade ("fair value option"). Em 26 de julho de 2024, a Companhia celebrou a 10ª emissão de debêntures simples, em substituição às dívidas financeiras quirografárias sujeitas ao PRE, no valor de R\$4.080, da espécie com garantia real em 3 (três) séries, sendo a 1ª (primeira) e a 3ª (terceira) séries simples, não conversíveis em ações e a 2ª (segunda) série conversível em ações. Foram emitidas 4.079.970.063 (quatro bilhões, setenta e nove milhões, novecentas e setenta e três) debêntures no valor unitário de R\$1 (um real), sendo: 1.500.000.000 (um bilhão e quinhentas milhões) da 1ª série; 1.406.873.551 (um bilhão, quatrocentos e seis milhões, oitocentos e setenta e três mil e quinhentas e cinquenta e uma) da 2ª série; e 1.173.096.512 (um bilhão, cento e setenta e três milhões, noventa e seis mil e quinhentas e doze) da 3ª série. Vide detalhes sobre o PRE na nota explicativa nº 2.7.

Série	Remuneração	Debêntures emitidas	Amortização	
			31.12.2024	31.12.2023
1ª série	CDI + 1,50%	1.500	—	—
2ª série (*)	CDI + 1,00%	1.407	—	—
3ª série (*)	CDI + 1,00%	1.173	—	—

(*) A 2ª série foi disponibilizada para credores que (i) mantiveram as atuais condições de eventuais linhas não sujeitas à RE e/ou (ii) disponibilizem novos recursos, em condições a serem definidas. A 3ª série foi disponibilizada para os credores que não aceitaram as condições da 2ª série. Em conformidade com o item 3.3.2 do CPC 48, a Companhia avaliou se o reperfilamento supremacionado se enquadrava como uma "modificação substancial", para tanto, realizou duas análises sendo uma quantitativa, para a aplicação da premissa de 10% de variação entre os fluxos de caixa descontados, e uma avaliação qualitativa para verificação de outros pontos que, talvez, não seriam abarcados na verificação da variabilidade dos fluxos de caixa. Após a finalização da análise a Companhia concluiu que houve modificação substancial e consequentemente desreconheceu as obrigações originais e reconheceu as novas obrigações, com termos e condições substancialmente diferentes. A diferença entre as obrigações originais e as novas obrigações resultou em um ganho líquido de R\$637, antes dos efeitos dos tributos, reconhecido no resultado financeiro. O ganho em questão refletiu um efeito contábil temporal, não existindo desembolso ou entrada de caixa ou redução ou aumento em qualquer outro ativo da Companhia. Com o reconhecimento desse saldo a dívida refletiu o valor justo no momento do reconhecimento e será atualizado com base no fluxo de caixa contratada. Além disso, em virtude da extinção das obrigações anteriores a Companhia reconheceu os custos e taxas pagas e/ou recebidas entre a Companhia e os credores, incluindo taxas pagas ou recebidas pela Companhia ou pelos credores em nome do outro como parte do ganho da extinção. b) Movimentação: O quadro abaixo permite identificar as movimentações apresentadas nas atividades de financiamento constante na demonstração dos fluxos de caixa.

	Controladora e consolidado	
	31.12.2024	31.12.2023
Saldo em 31 de dezembro de 2022	5.241	4.137
Fluxos de caixa de financiamento	6.971	1.819
Captações	(7.280)	(1.889)
Amortizações	(775)	(651)
Pagamento de juros (i)	819	567
Juros e encargos incorridos	4.976	3.983
Saldo em 31 de dezembro de 2023	5	5
Fluxos de caixa de financiamento	7.716	1.308
Captações	(7.328)	(949)
Amortizações	(836)	(133)
Pagamento de juros (i)	—	(651)
Modificação da dívida (ii)	—	(359)
Marcação o mercado dos instrumentos conversíveis (iii)	—	(359)
Debêntures conversíveis (direito de conversão) (iv)	—	335
Custo de captação	849	530
Juros incorridos	5.377	4.069
Saldo em 31 de dezembro de 2024	19.235	5.377

(i) Pagamentos de Juros: Na Demonstração dos fluxos de caixa os pagamentos de juros estão classificados como "Atividades de financiamento", uma vez que a Companhia considera que esses valores compõem os custos de financiamentos. (ii) Modificação da dívida: A Companhia avaliou a emissão da 10ª debênture, que ocorreu através do reperfilamento da dívida (PRE), se enquadrava como uma "modificação substancial". Em conformidade com o CPC 48 (IFRS 9) - Instrumentos financeiros a Companhia realizou duas análises sendo uma quantitativa, para a aplicação da premissa de 10% de variação entre os fluxos de caixa descontados, e uma avaliação qualitativa para verificação de outros pontos que, talvez, não seriam abarcados na verificação da variabilidade dos fluxos de caixa. A Companhia concluiu que houve modificação substancial e consequentemente desreconheceu as obrigações originais e reconheceu as novas obrigações, com termos e condições substancialmente diferentes. A diferença entre as obrigações originais e as novas obrigações resultou em um ganho líquido de R\$637, antes dos efeitos dos tributos, reconhecido no resultado financeiro. Esse ganho refletiu um efeito contábil temporal, não existindo desembolso ou entrada de caixa ou redução ou aumento em qualquer outro ativo da Companhia. Com o reconhecimento desse saldo a dívida refletiu o valor justo no momento do reconhecimento e será atualizado com base no fluxo de caixa contratada. Além disso, em virtude da extinção das obrigações anteriores a Companhia reconheceu os custos e taxas pagas e/ou recebidas entre a Companhia e os credores, incluindo taxas pagas ou recebidas pela Companhia ou pelos credores em nome do outro como parte do ganho da extinção. Esse saldo está apresentado na Nota Explicativa nº 25. (iii) Marcação o mercado dos instrumentos conversíveis: Refere-se ao valor justo da opção de conversão (ii) da dívida emitida na 2ª série da 10ª emissão de debêntures da Companhia. No exercício findo em 31 de dezembro de 2024, o valor justo desse instrumento financeiro era de R\$359, sendo

que R\$264 foi registrado na Demonstração do resultado do exercício na rubrica do "Resultado financeiro, líquido" conforme nota explicativa nº 25 (iii) (esse valor reflete o risco de mercado) e R\$95 foi registrada em "Outros resultados abrangentes" (esse valor reflete o risco de crédito da Companhia). (iv) Debêntures conversíveis (direito de conversão): Refere-se ao valor justo do direito de conversão presente na 2ª série da 10ª debênture. Esse direito caracteriza-se como um instrumento financeiro derivativo e, conforme CPC 48 - Instrumentos Financeiros, trata-se de um derivativo embutido que pode ser mensurado pelo valor justo por meio do resultado, para mais detalhes vide nota explicativa nº 15(d). Esse saldo está apresentado na nota explicativa nº 25 (iv). c) Cronograma de vencimentos dos empréstimos e financiamentos reconhecidos no passivo não circulante:

Ano	Controladora e Consolidado	
	Moeda nacional e debêntures	Total
2026	511	101
2027	—	101
2028	—	263
2029	—	913
2030	—	2.333
	511	3.711

d) Cláusulas restritivas: A Companhia monitora constantemente os indicadores considerados significativos pela Administração, tais como o índice consolidado de alavancagem financeira, que é a dívida líquida total dividida pelo Lucro Antes dos Juros, Impostos, Depreciação e Amortização ajustado ("LAVIDA ajustado"), equivalente ao termo em inglês EBITDA ajustado ("Earnings Before Interest, Taxes, Depreciation and Amortization adjusted"). Debêntures: A manutenção do vencimento contratual da 10ª emissão de debêntures em seu prazo original está condicionada ao cumprimento de cláusulas contratuais restritivas ("covenants"), previstas em seus respectivos instrumentos com início nas informações de 31 de março de 2025, por consequência, em 31 de dezembro de 2024, a Companhia não possui covenants. O principal indicador das debêntures da Companhia é a relação entre dívida líquida ajustada (i) e o EBITDA consolidado ajustado(*), menor ou igual a 3,00. (*) Dívida líquida consolidada: a dívida total da Emissora(*) subtraída do valor das disponibilidades de caixa, dos valores de Contas a Receber, oriundos de vendas com cartões de crédito com deságio de 1,15% (um inteiro e quinze centésimos por cento), vale-alimentação e multibenefícios, incluindo saldos das operações de CDCI ou instrumentos que venham a substituí-lo, se aplicável, existentes dentro da rubrica de Contas a Receber e valor equivalente às cotas subordinadas de emissão do FIDC e eventualmente subscritas pela Emissora. Para que não restem dúvidas operações de risco sacado fornecedor, não serão consideradas dívidas para fins do presente cálculo da dívida líquida consolidada. (*) EBITDA consolidado ajustado: o lucro bruto, deduzido das despesas operacionais gerais, administrativas e de vendas, excluindo-se depreciações e amortizações, e acrescido do saldo de outras receitas operacionais ao longo dos últimos 4 (quatro) trimestres. (*) Dívida total da Emissora: São os empréstimos e financiamentos de curto e longo prazo, incluindo debêntures, saldos das operações de CDCI ou instrumentos que venham a substituí-lo (incluindo, sem limitação, fundos de investimento em direitos creditórios e securitizações), excluindo saldos das operações de Contratos de Arrendamento Mercantil.

15. Gerenciamento de riscos financeiros:

a) Política contábil: Quando não é possível obter o valor justo dos derivativos e outros instrumentos financeiros em mercados ativos, o valor justo registrado nas Demonstrações Financeiras é apurado conforme a hierarquia estabelecida pelo pronunciamento técnico CPC 46 - Mensuração do valor justo, que determina certas técnicas de avaliação. As informações para esses modelos são obtidas, sempre que possível, de mercados observáveis ou informações de operações e transações comparáveis no mercado. Os julgamentos incluem um exame das informações, tais como risco de liquidez, risco de crédito e volatilidade. Eventuais alterações das premissas referentes a esses fatores podem afetar o valor justo demonstrado dos instrumentos financeiros. O valor justo dos instrumentos financeiros negociados ativamente em mercados organizados é apurado com base em cotações de mercado e nas datas dos balanços. No caso de instrumentos financeiros não negociados ativamente, o valor justo baseia-se em técnicas de avaliação definidas pela Companhia e compatíveis com as práticas usuais do mercado. Essas técnicas incluem a utilização de operações de mercado recentes entre partes independentes, o benchmarking do valor justo de instrumentos financeiros similares, a análise do fluxo de caixa descontado ou outros modelos de avaliação. b) Composição dos saldos: Os principais instrumentos financeiros e seus valores registrados nas Demonstrações Financeiras individuais e consolidadas, por categoria, são os seguintes:

	Controladora		Consolidado	
	31.12.2024	31.12.2023	31.12.2024	31.12.2023
Ativos financeiros				
Custo amortizado				
Caixa e equivalentes de caixa	5	2.082	2.525	2.131
Títulos e valores mobiliários	5	461	—	283
Contas a receber (*)	6	4.348	3.538	4.524
Partes relacionadas	9	576	626	417
Instrumentos financeiros	—	—	—	11
Valor justo por meio de outros resultados abrangentes				
Administradoras de cartões de crédito	6	527	245	532
Passivos financeiros				
Custo amortizado				
Fornecedores	13	(7.841)	(7.057)	(7.964)
Fornecedores portal	13	(125)	(23)	(125)
Fornecedores risco sacado (convênio)	13	(2.446)	(1.765)	(2.446)
Empréstimos em moeda nacional e debêntures (**)	14	(2.682)	(3.983)	(3.983)
Repasses para instituições financeiras ("CDCI") (*)	19	(5.377)	(4.378)	(5.377)
Passivo de arrendamento	19	(3.310)	(3.443)	(3.350)
Partes relacionadas	9	(998)	(412)	(9)
Repasses a terceiros	9	(711)	(566)	(764)
Valor justo por meio do resultado				
Debêntures - 10ª emissão (2ª série)	14	(1.387)	—	(1.387)

(*) Contas a receber exceto Administradoras de cartões de crédito. (**) Empréstimos em moeda nacional e debêntures exceto a 2ª série da 10ª emissão de debêntures. As operações de tesouraria da Companhia são regularmente reportadas para o Comitê de Finanças, órgão de assessoramento do Conselho de Administração e, se necessário, diretamente ao Conselho de Administração, o qual aprova as políticas que devem ser seguidas pela tesouraria da Companhia. Os riscos mais significativos aos quais a Companhia está exposta são relacionados aos riscos de mercado decorrentes dos movimentos de taxas básicas de juros, variação cambial, riscos de liquidez e de crédito. A Companhia monitora tais riscos e os respectivos impactos nas projeções financeiras. c) Risco de mercado: Para o cálculo da análise de sensibilidade, o risco da taxa de juros para os saldos patrimoniais apresentados pela Companhia em 31 de dezembro de 2024, é o aumento do percentual do CDI, uma vez que, o saldo total dos empréstimos e financiamentos excedeu o saldo das aplicações financeiras indexadas à mesma modalidade de taxa de juros. Taxa básica de juros: A Companhia obtém empréstimos e financiamentos em moeda nacional junto às principais instituições financeiras, com taxas pré-fixadas (dentre as quais o CDI), para fazer frente às necessidades de capital de giro e de investimentos da Companhia. Da mesma forma, a Companhia realiza aplicações financeiras referenciadas ao CDI como parte da estratégia de gerenciamento de caixa. Uma análise de sensibilidade foi preparada considerando uma estimativa do efeito líquido no resultado dos próximos 12 meses. Portanto, a Companhia considerou três cenários. No cenário 1, a taxa anual de juros foi definida com base na curva CDL obtida na B3, para as datas de vencimento das operações, limitada a 12 meses, cuja taxa foi 14,53% a.a. Nos cenários II e III, foram considerados aumento na taxa de juros de 25% e 50%, respectivamente. Abaixo, quadro da análise de sensibilidade do risco de taxa básica de juros, demonstrando o possível impacto líquido no resultado para cada um dos cenários:

	Consolidado		Análise de sensibilidade			
	31.12.2024	31.12.2023	Risco	Cenário I	Cenário II	Cenário III
Operações						
Aplicações financeiras	1.981	286	214	143	143	143
Empréstimos e financiamentos (*)	(2.682)	(3.711)	(457)	(542)	(542)	(542)
Debêntures - 10ª emissão (2ª série) (**)	(1.387)	(216)	(266)	(317)	(317)	(317)
Impacto líquido no resultado	(2.088)	(3.011)	(509)	(716)	(716)	(716)
Empréstimos e financiamentos em moeda nacional e debêntures ("CDCI") por apresentarem taxas de juros pré-fixadas e Debêntures - 10ª emissão (2ª série)						
Operações						
Aplicações financeiras	1.981	286	214	143	143	143
Empréstimos e financiamentos (*)	(2.682)	(3.711)	(457)	(542)	(542)	(542)
Debêntures - 10ª emissão (2ª série) (**)	(1.387)	(216)	(266)	(317)	(317)	(317)
Impacto líquido no resultado	(2.088)	(3.011)	(509)	(716)	(716)	(716)

(*) Incluem operações de Repasses para instituições financeiras ("CDCI") por apresentarem taxas de juros pré-fixadas e Debêntures - 10ª emissão (2ª série). d) Instrumento financeiro híbrido: A 2ª série da 10ª emissão de debêntures da Companhia possui uma opção de conversão em ações ordinárias, exercível por opção do devedor. Cada devedor tem o direito de converter a dívida em ações ordinárias, total ou parcialmente, em ações, sendo o número de ações determinado pelo valor atualizado da dívida dividido por 80% do VWAP (Volume Weighted Average Price) dos 90 dias anteriores à conversão. O período de conversão é de novembro de 2025 a maio de 2027, podendo ser estendido até 2030, conforme definido na escritura de emissão das debêntures. De acordo com o CPC 39 (IAS32) - Instrumentos financeiros (apresentação), a opção de conversão não atende às características de um instrumento patrimonial, uma vez que o critério "fixo para fixo" não é cumprido. Dessa forma, o direito de conversão caracteriza-se como um instrumento financeiro derivativo, devendo ser mensurado conforme os requisitos do CPC 48 (IFRS 9) - Instrumentos Financeiros. Em virtude disso, a Companhia optou por designar a 2ª série das debêntures ao valor justo por meio de resultado ("fair value option") apresentado no balanço na linha de Empréstimos e financiamentos. No exercício findo em 31 de dezembro de 2024, foi registrado um montante de R\$359 referente à atualização do valor justo da 2ª série da 10ª emissão de debêntures, contabilizado como despesa financeira, e o Risco de liquidez: É política da Companhia manter aplicações financeiras, empréstimos e linhas de crédito suficientes para atender às necessidades de caixa de curto e longo prazos. A Companhia regularmente monitora as previsões de caixa que incluem, nos respectivos vencimentos, as liquidações de ativos e passivos financeiros contratados. Além disso, é prática da Companhia manter linhas de crédito suficientes para atender às necessidades previstas de capital de giro, para tanto, regularmente são realizadas análises de sensibilidade para avaliar os possíveis impactos na posição de liquidez da Companhia, caso as linhas de crédito atualmente existentes não fossem renovadas. A Administração realiza, de forma recorrente, a análise de sua liquidez a partir de seus fluxos de caixa projetados considerando as obrigações operacionais correntes e dívidas a serem pagas por um período de 12 meses após 31 de dezembro de 2024, incluindo riscos de liquidez. Fluxos de caixa não descontados dos passivos financeiros: A tabela a seguir demonstra os fluxos de caixa não descontados dos passivos financeiros mantidos pela Companhia. A tabela inclui principal e juros, calculados até o vencimento, dos passivos financeiros. Dessa forma, os saldos nela apresentados podem não conferir com os saldos apresentados nos balanços patrimoniais.

	Controladora		Consolidado	
	Menos de De 1 a Mais de 5 anos	5 anos	Menos de De 1 a Mais de 5 anos	5 anos
Fornecedores	7.841	—	7.841	7.964
Fornecedores portal	125	—	125	125
Fornecedores convênio	2.773	—	2.773	—
Empréstimos em moeda nacional e debêntures (i)	1.713	5.660	409	7.782
Debêntures - 10ª emissão (2ª série) (**)	—	—	—	3.746
Repasses para instituições financeiras ("CDCI")	4.865	511	—	5.376
Partes relacionadas	1.007	—	1.007	9
Repasses a terceiros	711			

→ continuação

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS PARA O EXERCÍCIO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2024 - Em milhões de reais, exceto quando indicado de outra forma

de juros quanto às multas dos montantes não pagos, quando aplicável, foram computados e provisionados em sua totalidade. Em 31 de dezembro de 2024, os principais processos tributários provisionados referem-se principalmente à não homologação de compensações relativas a crédito de PIS/COFINS no montante de R\$70 (R\$51 em 31 de dezembro de 2023) e DIFAL no montante de R\$258 (R\$236 em 31 de dezembro de 2023), tendo sido provisionados com base na avaliação dos advogados externos, que foi corroborada pela Administração. Em relação ao DIFAL, em 29 de novembro de 2023, o Supremo Tribunal Federal deu continuidade ao julgamento da matéria "DIFAL Anterioridade", nas Ações Diretas de Inconstitucionalidade 7066, 7078 e 7070 e, diante do resultado do julgamento, embora ainda não finalizado, a Companhia provisionou o valor de R\$220 em 31 de dezembro de 2023. Em atendimento ao ofício-circular nº 1/2023/CVM/SNC/SEP de 13 de fevereiro de 2023, a Companhia efetuou um levantamento de seus processos e, baseada na opinião de seus consultores legais internos e externos, informa que em 31 de dezembro de 2023 não foram identificados casos que pudessem representar impactos em suas Demonstrações Financeiras decorrentes da decisão do STF sobre coisa julgada em matéria tributária ocorrida em 08 de fevereiro de 2023. A Companhia continuará monitorando a evolução da matéria em especial os eventuais efeitos advindos de modulação e por eventuais embargos de declaração. (ii) Trabalhistas: A Companhia é parte em processos trabalhistas relacionados, majoritariamente, ao desligamento de empregados, reflexo da rotatividade normal de seus negócios e das ações reestruturantes efetuadas nos últimos anos. Em 31 de dezembro de 2024, a Companhia mantém uma provisão no montante de R\$1.889 (R\$1.872 em 31 de dezembro de 2023). (iii) Cíveis e outros: A Companhia responde às ações de natureza cível, sendo os principais processos relacionados a: • Ações renovatórias de aluguel de lojas, em que a Companhia é obrigada a pagar valores provisórios de aluguéis até o trânsito em julgado. Durante o período de julgamento das ações, a Companhia constitui provisão entre a diferença do valor pago a título de aluguel provisório e os valores pleiteados pelos locadores. Em 31 de dezembro de 2024, o saldo da provisão era de R\$12 (R\$28 em 31 de dezembro de 2023). • Ações envolvendo direitos das relações de consumo, a provisão é calculada com base no histórico de perdas, por tipo de reclamação e momento processual, aplicado sobre a totalidade dos processos ativos, bem como, a avaliação individual de risco, para determinados processos com características singulares. Em 31 de dezembro de 2024, o saldo da provisão era de R\$243 (R\$265 em 31 de dezembro de 2023). d) Passivos contingentes: A Companhia apresenta outras demandas que foram arquivadas por consultores jurídicos e consideradas como perda possível e, portanto, não foram provisionadas, o montante total dessas demandas perfaz o montante de R\$8.855 em 31 de dezembro de 2024 (R\$9.044 em 31 de dezembro de 2023), e que são relacionadas principalmente a: Tributárias: • A Companhia é parte em discussões que tratam de COFINS, PIS, IRPJ, IRRF, CSLL e INSS: (i) processos administrativos e judiciais relacionados a pedidos de compensação não reconhecidos pelas autoridades fiscais e divergência em valores recolhidos; (ii) discussão acerca da incidência de PIS e COFINS em determinadas transações, tais como: bonificações recebidas de fornecedores; (iii) aproveitamento de créditos de PIS e COFINS sobre as despesas com propaganda e taxas de administração de cartões; (iv) discussão decorrente de suposta insuficiência no saldo de prejuízos fiscais compensados; (v) exclusão do ICMS-ST da base de cálculo do PIS e COFINS; (vi) outras discussões de menor materialidade. O montante envolvido nos referidos processos é de aproximadamente R\$4.242 em 31 de dezembro de 2024 (R\$4.963 em 31 de dezembro de 2023). • ICMS-ST nas aquisições de mercadorias: discussão acerca da apropriação de créditos de PIS e COFINS sobre o ICMS-ST destacado nas aquisições de mercadorias para revenda no ano-calendário de 2016. O valor do ato de infração corresponde a R\$341 em 31 de dezembro de 2024 (R\$318 em 31 de dezembro de 2023). • ICMS, ISS e IPTU: (i) processos administrativos e judiciais decorrentes da não tributação do ISS sobre valores considerados pelo fisco municipal como comercialização de serviços; (ii) discussões fiscais acerca de supostas divergências no confronto das informações transmitidas para as Secretarias da Fazenda Estadual, bem como da não tributação do ICMS sobre a comercialização do serviço de garantia estendida; (iii) discussões decorrentes da apropriação de créditos na aquisição de mercadorias de fornecedores com inscrição estadual irregular; (iv) outras discussões de menor materialidade. O montante envolvido nas referidas atuações é de aproximadamente R\$2.426 em 31 de dezembro de 2024 (R\$2.164 em 31 de dezembro de 2023). • Ágio Mandala: atualizações fiscais em razão da dedução de encargos de amortização nos anos de 2015 e 2016, referentes ao ágio originado da aquisição do Ponto ocorrida no ano-calendário de 2009. O valor atualizado dos autos de infração corresponde a R\$227 de IRPJ e CSLL em 31 de dezembro de 2024 (R\$212 em 31 de dezembro de 2023). Cíveis e outros: Em 31 de dezembro de 2024, a Companhia apresenta demandas cíveis que foram analisadas por consultores jurídicos e consideradas como perda possível e, portanto, não provisionadas totalizando R\$276 (R\$133 em 31 de dezembro de 2023). e) Depósitos judiciais: A Companhia contesta o pagamento de certos impostos, contribuições, bem como referente a questões previdenciárias, trabalhistas e cíveis, para os quais efetuou depósitos recursais (vinculados), em montante equivalente aos pendentes de decisão legal. Este montante está registrado no ativo da Companhia, conforme demonstrado a seguir:

	Controladora		Consolidado	
	31.12.2024	31.12.2023	31.12.2024	31.12.2023
Previdenciárias e trabalhistas	721	262	752	276
Tributárias (i)	864	860	866	863
Cíveis e outros	27	28	28	28
	1.612	1.150	1.646	1.167

(i) Com a edição da Emenda Constitucional nº 87/2015 e do Convênio CONFAP nº 93/2005, os Estados e o Distrito Federal, por meio de leis estaduais, passaram a exigir o Diferencial de Alíquotas de ICMS ("DIFAL") nas operações interestaduais envolvendo consumidores finais não contribuintes do imposto. Ocorre que, em razão da inconstitucionalidade dessa exigência instituída por leis estaduais, sem lei complementar prévia, a Companhia ajuizou ações judiciais questionando a cobrança do DIFAL. Em 24 de fevereiro de 2021, o Plenário do Supremo Tribunal Federal (STF), ao julgar o Recurso Extraordinário 1.287.019, caso submetido ao regime de repercussão geral, fixou a seguinte tese: "A cobrança do diferencial de alíquota alusivo ao ICMS, conforme introduzido pela Emenda Constitucional nº 87/2015, pressupõe edição de lei complementar veiculando normas gerais". Houve a modulação dos efeitos da decisão para a partir do exercício financeiro seguinte à conclusão deste julgamento, ou seja, para o ano de 2022. Contudo, tal modulação não afeta a Companhia, uma vez que as ações judiciais foram ajuizadas anteriormente à data da publicação da Ata do Julgamento. Os direitos creditórios relativos às ações judiciais anteriores a 2022 foram parcialmente cedidos a terceiros. Com a publicação da Lei Complementar nº 190/22, houve a instituição de uma nova relação jurídica, na medida em que os contribuintes passaram a recolher o ICMS para o estado de destino, no qual está localizado o consumidor final não contribuinte do imposto. Esse ICMS corresponde à diferença entre as alíquotas interestaduais e a interna do estado de destino (DIFAL). Ocorre que, essa instituição de uma nova relação jurídica (recolhimento do DIFAL para o estado de destino) está condicionada aos princípios da anterioridade e da anterioridade nonagesimal. Em razão disso, considerando que a Lei Complementar nº 190/22 foi publicada em 05 de janeiro de 2022, a Companhia ajuizou ações judiciais questionando que a obrigação de proceder ao recolhimento do DIFAL para os estados apenas pode ser aplicada às operações do exercício financeiro posterior a sua publicação, ou seja, das operações realizadas a partir de 01 de janeiro de 2023. Apesar do julgamento realizado pelo STF em Novembro de 2023, cuja decisão determinava a aplicação tão somente da anterioridade nonagesimal a partir da data da publicação da Lei Complementar nº 190/22, em virtude da (i) ausência de publicação de acórdão; (ii) pendência de julgamento das omissões e imprecisões através de embargos de declaração e (iii) possibilidade de modulação dos efeitos da decisão, somente após o trânsito em julgado de forma desfavorável aos contribuintes nas ADs 7066, 7078 e 7070, os processos específicos da Companhia serão encerrados com a reversão dos valores depositados aos fiscos estaduais. f) Garantias e fianças bancárias: Em 31 de dezembro de 2024, a Companhia apresenta fianças bancárias e seguro garantia decorrentes de ações previdenciárias e trabalhistas, tributárias e cíveis, conforme demonstrado a seguir:

	Controladora		Consolidado	
	31.12.2024	31.12.2023	31.12.2024	31.12.2023
Previdenciárias e trabalhistas	2.260	2.584	2.293	2.619
Tributárias	2.240	1.993	2.309	2.045
Cíveis e outros	350	353	350	356
	4.850	4.930	4.952	5.020

A Companhia apresenta, em 31 de dezembro de 2024, fianças bancárias e seguro garantia envolvendo acordos comerciais de serviços financeiros (receita diferida) e administrativas que totalizam R\$2.811. As garantias corporativas outorgadas pela CBD em 31 de dezembro de 2024 totalizam R\$216.

19. Arrendamento mercantil:

a) Política contábil: O CPC 06 - Operações de arrendamento mercantil, determina que todos os arrendamentos e seus correspondentes direitos e obrigações contratuais deverão ser reconhecidos no balanço patrimonial. Ainda segundo a norma, estão isentos de reconhecimento os arrendamentos com prazo contratual inferior a 12 meses e cujo ativo subjacente é de baixo valor. Também estão fora do escopo da norma contratos com prazo indeterminado e aqueles no qual a contraprestação tem base em valores variáveis. Para os arrendamentos isentos ou fora do escopo da norma, a Companhia realizou o reconhecimento como despesa no resultado do exercício, conforme incorridas. A Companhia reconheceu despesas variáveis de arrendamento de R\$23 na controladora e no consolidado em 31 de dezembro de 2024 (R\$20 na controladora e no consolidado em 31 de dezembro de 2023). A Companhia reconheceu despesas variáveis de arrendamento de R\$23 na controladora e no consolidado em 31 de dezembro de 2024 (R\$20 na controladora e no consolidado em 31 de dezembro de 2023). A Companhia atua como arrendatária em contratos principalmente relacionados a imóveis (locação de espaços comerciais, centros de distribuição e demais unidades administrativas). Para cada contrato de arrendamento, a Companhia reconhece um ativo de direito de uso e passivo de arrendamento. O ativo de direito de uso é reconhecido na data de início do arrendamento, ou seja, na data em que o ativo subjacente está disponível para uso da Companhia. Inicialmente, o ativo de direito de uso é mensurado pelo custo, e posteriormente pelo custo menos qualquer depreciação acumulada e perdas por redução ao valor recuperável, e ajustados por qualquer nova remuneração do passivo de arrendamento. A depreciação é calculada pelo método linear, de acordo com o prazo remanescente dos contratos. O passivo de arrendamento é composto pelo valor presente do pagamento a serem realizados durante o prazo do contrato. Os pagamentos do arrendamento incluem pagamentos fixos ou fixos em essência, que seriam pagamentos mínimos acordados com o arrendador. Ao calcular o passivo de arrendamento, a Companhia utilizou a sua taxa incremental de empréstimos, a qual foi aplicada nominalmente para desconto dos fluxos de pagamento. Os juros sobre o passivo de arrendamento e a depreciação do ativo de direito de uso são reconhecidos na demonstração do resultado de acordo com o período do contrato.

b) Composição dos saldos e movimentação: Ativo de direito de uso:

	Controladora		Consolidado	
	31.12.2024	31.12.2023	31.12.2024	31.12.2023
Saldo em 31 de dezembro de 2022		2.789		2.816
Adições e remunerações		418		420
Baixas e reversões		(22)		(22)
Depreciação		(649)		(653)
Saldo em 31 de dezembro de 2023		2.536		2.561
Adições e remunerações		504		508
Baixas e reversões		(27)		(27)
Depreciação		(622)		(629)
Saldo em 31 de dezembro de 2024		2.391		2.417

Classificação da depreciação do Ativo de direito de uso no resultado do exercício: Nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2024 e 2023, a Companhia reconheceu os seguintes montantes de depreciação do Ativo de direito de uso no Custo das mercadorias e serviços vendidos:

	Controladora		Consolidado	
	31.12.2024	31.12.2023	31.12.2024	31.12.2023
Depreciação	150	135	152	137

Passivo de arrendamento:

	Controladora		Consolidado	
	31.12.2024	31.12.2023	31.12.2024	31.12.2023
Saldo em 31 de dezembro de 2022		3.657		3.699
Adição e remunerações		418		420
Baixas		(31)		(31)
Pagamento de principal		(601)		(605)
Pagamento de juros (i)		(454)		(459)
Juros incorridos		454		459
Saldo em 31 de dezembro de 2023		3.443		3.483
Adição e remunerações		504		508
Baixas		(50)		(50)
Pagamento de principal		(588)		(591)
Pagamento de juros (i)		(445)		(450)
Juros incorridos		446		450
Saldo em 31 de dezembro de 2024		3.310		3.350
Circulante		614		621
Não circulante		2.696		2.729

(i) Na Demonstração dos fluxos de caixa os pagamentos de juros estão classificados como "Atividades de financiamento", uma vez que a Companhia considera esses como custos de financiamentos.

c) Cronograma de vencimento do passivo de arrendamento reconhecido no passivo não circulante:

Ano	Juros		Passivo de		Fluxo		Juros		Passivo de	
	bruto	embutidos	bruto	embutidos	bruto	embutidos	bruto	embutidos	bruto	embutidos
2026	958	(310)	648	968	(313)	655				
2027	831	(226)	605	841	(230)	611				
2028	689	(150)	539	699	(152)	547				
2029	531	(86)	445	540	(87)	453				
2030	311	(36)	275	315	(36)	279				
Mais de 5 anos	239	(85)	184	239	(85)	184				
	3.559	(1.163)	2.696	3.602	(1.163)	2.729				

d) Direito potencial de PIS e COFINS a recuperar: Os pagamentos de passivos de arrendamento também geram um direito potencial de PIS e COFINS a recuperar o fluxo contratual bruto. Na mensuração dos fluxos de caixa dos arrendamentos não foram destacados os créditos de PIS e COFINS decorrentes dos efeitos potenciais de PIS e COFINS. Em 31 de dezembro de 2024, o saldo desse direito potencial é de R\$370 na Controladora e R\$374 no Consolidado (R\$400 na Controladora e R\$405 no Consolidado em 31 de dezembro de 2023). Contratos por prazo e taxa de desconto:

Prazo dos contratos	Taxa média % a.a.	
	31.12.2024	31.12.2023
Até 5 anos	13,58%	13,19%
De 6 a 10 anos	13,82%	13,63%
De 11 a 15 anos	15,07%	14,44%
De 16 a 20 anos	13,83%	14,34%

e) Informações adicionais: Como descrito anteriormente, a Companhia adotou como taxa de desconto dos passivos de arrendamento a sua taxa incremental de empréstimo, que é calculada considerando o custo de captação da Companhia, baseado no CDI (Certificado de Depósito Interbancário) adicionado a um spread de risco, excluindo-se as garantias oferecidas nas operações de financiamentos. Os contratos de arrendamento da Companhia têm substancialmente seus fluxos de pagamentos indexados por índices inflacionários e para resguardar a representação fiduciária e atender as orientações da CVM em seu Ofício Circular CVM nº 2/2019, são fornecidos os saldos passivos sem inflação, que foram efetivamente contabilizados e a estimativa dos saldos inflacionados.

	Controladora		Consolidado	
	31.12.2024	31.12.2023	31.12.2024	31.12.2023
Fluxo real				
Passivo de arrendamento	4.567	4.871	4.622	4.928
Juros embutidos	(1.257)	(1.428)	(1.272)	(1.445)
	3.310	3.443	3.350	3.483
Fluxo inflacionado				
Passivo de arrendamento	5.993	6.157	6.062	6.230
Juros embutidos	(1.747)	(1.998)	(1.767)	(2.022)
	4.246	4.159	4.295	4.208

O fluxo inflacionado foi mensurado pelo valor presente dos pagamentos de arrendamentos esperados até o fim de cada contrato, incorporados a inflação futura projetada e descontados pela taxa incremental de financiamento, ou seja, a taxa de juros nominal. Na elaboração dos fluxos de caixa futuros contratuais, incorporando a inflação esperada foram utilizadas taxas obtidas através de cotações futuras de mercado, observadas na B3 S.A. - Brasil, Bolsa, Balcão, para os indexadores de inflação constante nos contratos de arrendamento (IPCA). As curvas de inflação foram obtidas na data de adoção inicial do referido pronunciamento e no encerramento do exercício corrente, considerando os prazos contratuais remanescentes. Complementarmente, os usuários dessas Demonstrações Financeiras podem, a seu critério, utilizar-se de outros itens fornecidos nessa nota explicativa, como o cronograma de vencimento dos passivos e taxas de juros utilizadas no cálculo, para realizar projeções dos fluxos de pagamentos futuros indexados pelos índices de inflação observáveis no mercado.

20. Receitas diferidas:

a) Política contábil: As receitas diferidas decorrentes da antecipação de valores recebidos de parceiros comerciais pela exclusividade na prestação de determinados serviços são reconhecidas na Demonstração do resultado do exercício à medida que as performances contidas nos respectivos contratos são cumpridas. b) Composição dos saldos:

	Controladora		Consolidado	
	31.12.2024	31.12.2023	31.12.2024	31.12.2023
Garantias complementares ou estendidas (i)	882	933	882	933
Operação de cartões e correspondente bancário (ii)	996	1.307	996	1.307
Seguros e serviços (iii)	53	71	53	71
Outros	1	1	3	83
	1.932	2.312	1.934	2.394
Circulante	208	229	209	244
Não circulante	1.724	2.083	1.725	2.150

(i) Garantias complementares ou estendidas: Em 15 de outubro de 2018, a Companhia celebrou um aditivo ao contrato de distribuição de seguros com a Zurich Minas Brasil Seguros S.A., que renegotiou e consolidou os contratos anteriormente celebrados, em 29 de agosto de 2014 e 16 de dezembro de 2016. O montante recebido a título de antecipação foi de R\$837 e vem sendo reconhecido no resultado à medida que as metas contratuais forem atingidas. Em 23 de fevereiro de 2022, a Companhia celebrou um segundo aditivo ao contrato com novas metas e prazo final de vigência em dezembro de 2038. (ii) Operação de cartões e correspondente bancário: Em 10 de novembro de 2022, a Companhia assinou o Aditivo para renovação do prazo da parceria para oferta de cartões de crédito e outros produtos financeiros ("Aditivo") com o Banco Bradesco S.A. e Banco Bradescard S.A. ("Bradesco"), na rede de lojas e websites operados sob a marca Casas Bahia. O contrato até então vigente, tinha como prazo final o ano de 2029. O Aditivo tem como objetivo principal: (i) fixar novo prazo de vigência da parceria e exclusividade para oferta de cartões de crédito co-branded até 10 de novembro de 2032 na rede de lojas e websites operados sob a bandeira Casas Bahia; (ii) estabelecer novos pagamentos a serem realizados em virtude do novo prazo acordado para oferta de produtos financeiros com exclusividade, além de estabelecer metas conjuntas para o sucesso da parceria; e (iii) atualizar e estabelecer determinados termos e condições que irão regular as relações futuras no âmbito da parceria inicialmente celebrada. Os valores envolvidos na transação totalizam R\$1.750 e estão divididos em antecipação de comissões no valor de R\$1.400 e prêmio por exploração do balcão ("signing bonus") no valor de R\$350, o valor recebido vem sendo reconhecido no resultado à medida em que as metas contratuais são atingidas. (iii) Seguros e serviços: Em 26 de junho de 2018, a Companhia celebrou contrato de prestação de serviços com a CDF Assistência e Suporte Digital S.A. para a prestação de serviços de assistência técnica. O montante recebido a título de antecipação foi de R\$100 para a Companhia, que vem sendo reconhecido no resultado à medida em que as metas contratuais são atingidas. Em 18 de dezembro de 2024, a Companhia celebrou um aditivo com a CDF e renegotiou o contrato anteriormente celebrado com a CDF. O aditivo tem término previsto para dezembro de 2023. Em 10 de novembro de 2023, a Companhia celebrou um aditivo ao contrato de parceria para intermediação de prestação de serviços, renovando os contratos anteriormente celebrados entre as partes. O aditivo tem término previsto para outubro de 2025. c) Estimativa da Administração para realização dos saldos de receitas diferidas classificados como "Não circulante":

Ano	Controladora	Consolidado
2026	199	200
2027	199	199
2028	199	199
2029	199	199
2030	190	190
Mais de 10 anos	738	738
	1.724	1.725

21. Patrimônio líquido:

21.1 Capital Social: Em 27 de novembro de 2023, foi aprovado o grupamento das ações ordinárias de emissão da Companhia sem alteração no capital social. O grupamento foi operacionalizado de modo a não alterar a participação proporcional dos acionistas no capital social da Companhia e não afetou os direitos patrimoniais e políticos das ações de emissão da Companhia. As ações foram agrupadas à razão de 25:1 e passaram a ser negociadas dessa forma em 15 de dezembro de 2023. Em 06 de junho de 2024, o Conselho de Administração aprovou o aumento do capital autorizado da Companhia. O aumento do capital social poderá ser feito por meio de deliberação do Conselho de Administração, que fixará o preço de emissão e as demais condições de emissão. O capital autorizado da Companhia em 31 de dezembro de 2024 é de R\$9.250, e 3.000.000 milhares de ações ordinárias e sem valor nominal. O capital social da Companhia em 31 de dezembro de 2024 era de R\$5.340 (R\$5.340 em 31 de dezembro de 2023) e estava representado por 95.087 milhares de ações ordinárias nominativas com direito a voto e sem valor nominal.

	31.12.2024	31.12.2023
Capital social integralizado (i)	5.450	5.450
Gastos com emissão de ações (ii)	(110)	(110)
Capital Social	5.340	5.340

(i) Capital social integralizado refere-se aos investimentos realizados na Companhia pelos seus acionistas. (ii) Gastos com emissão de ações são valores diretamente atribuíveis às atividades necessárias para a emissão de ações. 21.2 Ações em tesouraria: A Companhia possui ações em tesouraria para fazer frente aos programas de incentivo de longo prazo e retenção dos principais executivos da Companhia, em 31 de dezembro de 2024 possuíam a composição abaixo.

	Quantidade de ações (em milhares) (*)	Valor (em milhões)	Preço Médio (em reais)
Saldo em 31 de dezembro de 2022		74	4,03
Alienadas	4	(52)	4,03
Saldo em 31 de dezembro de 2023		220	4,03
Alienadas	(205)	(1)	4,03
Saldo em 31 de dezembro de 2024		15	21

(*) Em função do grupamento de ações ocorrido no exercício findo em 31 de dezembro de 2023, para melhor comparabilidade, os saldos anteriores de quantidade de ações foram agrupados na proporção de 25:1, para mais detalhes vide nota explicativa nº 21.1. 21.3 Transações de capital: Refere-se às variações decorrentes da mudança na participação societária de empresas controladas ou investidas sob controle comum. 21.4 Reservas de capital: a) Especial de ágio: O valor registrado na rubrica "Reserva especial de ágio" decorre da incorporação da Mandala Empreendimentos e Participações S.A. pela Companhia em 22 de dezembro de 2009, empresa que continha o ágio gerado pela aquisição do Grupo Casas Bahia por CBD. O ágio incorporado está com uma provisão de integridade do patrimônio de 66%, a fim de resguardar o benefício tributário que foi amortizado de acordo com o benefício econômico (iv). Conforme estabelecido no Protocolo e Justificação da Incorporação das Ações de Emissão de Nova Casa Bahia, celebrado em 5 de outubro de 2010 (aprovado em Assembleia Geral Extraordinária realizada em 9 de novembro de 2010), o benefício fiscal decorrente dessa amortização será capitalizado sem a emissão de novas ações, ou seja, em benefício de todos os acionistas do Grupo Casas Bahia. b) Ágio na subscrição de ações: O ágio na subscrição de ações surge quando a empresa negocia suas ações e o comprador paga um valor por ação maior que o valor patrimonial e esta diferença positiva deverá ser contabilizada como reservas de capital.



GRUPO CASAS BAHIA S.A.

Companhia Aberta de Capital Autorizado
CNPJ: 33.041.260/0652-90

→ continuação

CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO

Renato Carvalho do Nascimento Presidente	André Coji Conselheiro	Raphael Oscar Klein Conselheiro	Rogério Paulo Calderón Peres Conselheiro Independente	Claudia Quintella Woods Conselheira Independente
--	----------------------------------	---	---	--

CONSELHO FISCAL

Magali Rogéria de Moura Leite Presidente	Olavo Fortes Campos Rodrigues Junior Membro	Susana Hanna Stíphan Jabra Membro
--	---	---

COMITÊ DE AUDITORIA, RISCOS E COMPLIANCE

Rogério Paulo Calderón Peres Coordenador	Luiz Carlos Passetti Membro	André Coji Membro
--	---------------------------------------	-----------------------------

DIRETORIA

Renato Horta Franklin Diretor Presidente	Andréia Fernandes Nunes Diretora de Gente, Gestão e ESG	Adriano Vicente da Silva Diretor de Contabilidade
Frédéric Paul Bernard Gauthier Vice-Presidente de Operações	Eleio Mitsuhito Ito Vice-Presidente Financeiro e Diretor de Relações com Investidores	Adriano Vicente da Silva Contador 1SP271597/O-5
	Fábio Eduardo de Pieri Spina Vice-Presidente Jurídico	

DECLARAÇÃO DA DIRETORIA SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

Os Diretores do Grupo Casas Bahia S.A. ("Companhia"), em conformidade com o artigo 31, §1º, inciso II, c/c o artigo 27, §1º, inciso VI, ambos da Resolução CVM 80/2022, declaram que revisaram, discutiram e concordaram com as demonstrações financeiras individuais e consolidadas da Companhia referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2024, autorizando a sua conclusão nesta data.

Renato Horta Franklin Diretor Presidente	Frédéric Paul Bernard Gauthier Vice-Presidente de Operações	São Paulo (SP), 12 de março de 2025.	Eleio Mitsuhito Ito Vice-Presidente Financeiro e Diretor de Relações com Investidores	Fábio Eduardo de Pieri Spina Vice-Presidente Jurídico
--	---	---	---	---

DECLARAÇÃO DA DIRETORIA SOBRE O RELATÓRIO DOS AUDITORES INDEPENDENTES SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

Os Diretores do Grupo Casas Bahia S.A. ("Companhia"), em conformidade com o artigo 31, §1º, inciso II, c/c o artigo 27, §1º, inciso V, ambos da Resolução CVM 80/2022, declaram que revisaram, discutiram e concordaram com as opiniões expressas no relatório dos auditores independentes sobre as demonstrações financeiras individuais e consolidadas da Companhia referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2024, autorizando a sua divulgação nesta data.

Renato Horta Franklin Diretor Presidente	Frédéric Paul Bernard Gauthier Vice-Presidente de Operações	São Paulo (SP), 12 de março de 2025.	Eleio Mitsuhito Ito Vice-Presidente Financeiro e Diretor de Relações com Investidores	Fábio Eduardo de Pieri Spina Vice-Presidente Jurídico
--	---	---	---	---

PARERE DO CONSELHO FISCAL SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

O Conselho Fiscal do Grupo Casas Bahia S.A. ("Companhia"), em cumprimento às disposições legais e estatutárias, examinou o Relatório da Administração e as Demonstrações Financeiras referentes ao exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2024. Com base nos exames efetuados e nos esclarecimentos prestados pela Administração, considerando, ainda, o parecer dos auditores independentes - Ernst & Young Auditores Independentes S.S., datado de 12 de março de 2025, opinam favoravelmente que os referidos documentos, em todos os aspectos relevantes, estão em condições de serem apreciados pela Assembleia Geral Ordinária de Acionistas da Companhia a ser convocada, nos termos da Lei nº 6.404/76.

Magali Rogéria de Moura Leite Presidente	São Paulo (SP), 12 de março de 2025	Susana Hanna Stíphan Jabra Membro
--	--	---

RELATÓRIO ANUAL RESUMIDO DO COMITÊ DE AUDITORIA, RISCOS E COMPLIANCE

As Srs. Membros do Conselho de Administração do Grupo Casas Bahia S.A. ("Companhia")

- APRESENTAÇÃO**
 - O Comitê de Auditoria, Riscos e Compliance da Companhia ("Comitê") é órgão estatutário de assessoramento vinculado diretamente ao Conselho de Administração, de caráter permanente, regido pela legislação e regulamentação aplicável, principalmente pela Instrução da Comissão de Valores Mobiliários ("CVM") nº 23/2021, conforme alterada, pelo disposto no Estatuto Social da Companhia e por seu Regimento Interno.
 - O Comitê foi instalado na reunião do Conselho de Administração de 24 de outubro de 2018, quando da migração da Companhia para o segmento de especial de listagem da B3 S.A. - Brasil, Bolsa, Balcão, denominado Novo Mercado, sendo atualmente composto por 3 (três) membros.
 - Em 30 de abril de 2024, o Sr. Luiz Carlos Nannini, membro do Comitê, encaminhou comunicação acerca de sua renúncia ao cargo por motivos pessoais.
 - Em 05 de junho de 2024, o Sr. Luiz Carlos Passetti tomou posse como membro independente do Comitê de Auditoria, Riscos e Compliance da Companhia, possuindo relevante experiência em assuntos de contabilidade societária, de acordo com as regras da CVM.
 - Sendo assim, foi aprovada a nova composição do Comitê de Auditoria, Riscos e Compliance, continuando o Sr. Rogério Paulo Calderón Peres no cargo de coordenador e mantendo o Sr. André Coji como membro do Comitê. O mandato dos referidos membros vigorará até a Assembleia Geral Ordinária de 2026. O Comitê reporta-se ao Conselho de Administração e atua com independência em relação à Diretoria. As suas competências e responsabilidades são desempenhadas em cumprimento às atribuições legais aplicáveis, estatutárias e definidas no seu Regimento Interno.
- ATIVIDADES DESENVOLVIDAS**
 - Nos termos do Regimento Interno do Comitê, as reuniões ordinárias de tal órgão devem ser realizadas, no mínimo, bimestralmente. O Comitê reuniu-se 15 (quinze) vezes no período de janeiro de 2024 a março de 2025.
 - Todos os assuntos, orientações, discussões, recomendações e pareceres do Comitê foram consignados em atas de reuniões, as quais são assinadas pelos membros presentes do Comitê e permanecem arquivadas na sede da Companhia, assim como na plataforma utilizada pela área de Governança Corporativa da Companhia.
 - As principais atividades realizadas pelo Comitê no período de janeiro de 2024 a março de 2025 foram:
 - (a) Análise e recomendação acerca do Relatório da Administração e Demonstrações Financeiras da Companhia referentes ao exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2023 ("DF 2023");
 - (b) Avaliação e recomendação acerca da renovação do contrato com os Auditores Independentes (EY), para o exercício de 2024;
 - (c) Análise e recomendação acerca das informações financeiras da Companhia referentes às revisões trimestrais de março, junho e setembro de 2024;
 - (d) Análise e recomendação acerca das informações financeiras da Companhia referentes ao período encerrado em 31 de dezembro de 2024 (4T24);
 - (e) Acompanhamento do plano de trabalho da Auditoria Externa da Companhia referente ao exercício social de 2024;
 - (f) Acompanhamento dos trabalhos e plano anual da Auditoria Interna durante o exercício social de 2024;

- (g) Análise de recomendação acerca da atualização da Política Corporativa de Auditoria Interna da Companhia pela área de Auditoria Interna;
- (h) Definição da contratação de Auditoria Interna para o banQi Instituição de Pagamento Ltda.;
- (i) Análise e aprovação do Plano de Trabalho da Auditoria Interna anual de 2025;
- (j) Acompanhamento das ações conduzidas pela área de Tecnologia, relativos a Segurança da Informação e Cyber Segurança da Cia.;
- (k) Revisão do Formulário de Referência exercício 2024;
- (l) Acompanhamento dos trabalhos conduzidos pela área de Controles Internos Riscos e Compliance durante o exercício social de 2024, incluindo, mas não se limitando aos resultados do Canal de Denúncias e Mapas de Riscos;
- (m) Acompanhamento dos indicadores de Canal de Denúncia: principais volumetrias, temáticas, desfechos e informações gerenciais das alegações (unidade de negócio, região etc.);
- (n) Carta Comentário dos Auditores Independentes (EY) - apontamentos, recorrência dos temas e planos de ação;
- (o) Acompanhamento sobre o Programa de Integridade, incluindo plano de trabalho, dados sobre aplanamento e supervisão preventivas e métricas relevantes;
- (p) Informações gerais sobre as monitorias aplicadas à Plataforma de Marketplace;
- (q) Análise e recomendação acerca do Relatório da Administração e Demonstrações Financeiras da Companhia referentes ao exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2024 ("DF 2024").

3. CONCLUSÕES
Os membros do Comitê, no exercício de suas atribuições, procederam ao exame e análise das Demonstrações Financeiras da Companhia, acompanhadas do Relatório dos Auditores Independentes e do Relatório Anual da Administração, referentes ao exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2024. Considerando todas as análises, estudos e debates realizados no transcorrer das reuniões e dos trabalhos de acompanhamento e supervisão efetuados pelo Comitê quanto ao fechamento das Demonstrações Financeiras, em especial decorrente das informações prestadas pela Companhia, seus Auditores Independentes, os membros do Comitê manifestam que não encontraram objeção no encaminhamento dos referidos documentos para a devida aprovação pelo Conselho de Administração da Companhia, com a posterior recomendação de aprovação aos Acionistas em Assembleia Geral.

São Paulo (SP), 12 de março de 2025
Rogério Paulo Calderón Peres
Coordenador
Luiz Carlos Passetti
Membro
André Coji
Membro

RELATÓRIO DO AUDITORE INDEPENDENTE SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS INDIVIDUAIS E CONSOLIDADAS

As Srs. Acionistas, Conselheiros e Administradores do Grupo Casas Bahia S.A.
São Paulo - SP

Opinião:
Examinamos as demonstrações financeiras individuais e consolidadas do Grupo Casas Bahia S.A. ("Companhia"), identificadas como controladora e consolidado, respectivamente, que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2024 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo as políticas contábeis materiais e outras informações elucidativas.
Em nossa opinião, as demonstrações financeiras acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira, individual e consolidada, da Companhia em 31 de dezembro de 2024, o desempenho individual e consolidado de suas operações e os seus respectivos fluxos de caixa individuais e consolidados para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e com as normas internacionais de relatório financeiro (IFRS) emitidas pelo *International Accounting Standards Board* (IASB) (atualmente denominadas pela Fundação IFRS como "normas contábeis IFRS").

Base para opinião
Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir, intitulada "Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras individuais e consolidadas". Somos independentes em relação à Companhia e suas controladas, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Ênfase:
Recuperabilidade do imposto de renda e contribuição social diferidos ativos
Chamamos a atenção para a nota explicativa 17.d às demonstrações financeiras individuais e consolidadas, que descreve a projeção de realização do imposto de renda e da contribuição social diferidos ativos, reconhecidos até 31 de dezembro de 2024, com base em prejuízos fiscais e bases negativas de contribuição social, e também sobre as diferenças temporárias, no montante total de R\$6.140 milhões, na controladora, e R\$6.550 milhões, no consolidado. A realização destes tributos diferidos ativos depende da geração futura de lucros tributáveis suficientes para que os prejuízos fiscais, bases negativas e diferenças temporárias possam ser utilizados. Há uma incerteza relacionada ao prazo de realização dos lucros tributáveis futuros e consequentemente ao prazo de realização deste ativo.
Representação de dados correspondentes
Conforme mencionado na nota explicativa 3.1, devido à eliminação das transações que não envolvem caixa na movimentação relacionada com a rubrica "Fornecedores Fisco Sacado (convênio)", na atividade de financiamento, nas demonstrações de fluxos de caixa individuais e consolidadas referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2024, os valores correspondentes ao exercício anterior, apresentados para fins de comparação, foram ajustados e estão sendo representados como previsto no CPC 03 (R2) - Demonstração de fluxos de caixa.
Nossa opinião não está ressaltada em relação a esses assuntos.

Principais assuntos de auditoria
Principais assuntos de auditoria são aqueles que, em nosso julgamento profissional, foram os mais significativos em nossa auditoria do exercício corrente. Esses assuntos foram tratados no contexto de nossa auditoria das demonstrações financeiras individuais e consolidadas como um todo e na formação de nossa opinião sobre as demonstrações financeiras individuais e consolidadas da Companhia. Para cada assunto abaixo, a descrição de como nossa auditoria tratou o assunto, incluindo quaisquer comentários sobre os resultados de nossos procedimentos, é apresentada no contexto das demonstrações financeiras tomadas em conjunto.
Nós cumprimos as responsabilidades descritas na seção intitulada "Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras individuais e consolidadas", incluindo aquelas em relação a esses principais assuntos de auditoria. Dessa forma, nossa auditoria incluiu a condução de procedimentos planejados para responder a nossa avaliação de riscos de distorções significativas nas demonstrações financeiras. Os resultados de nossos procedimentos, incluindo aqueles executados para tratar os assuntos abaixo, fornecem a base para nossa opinião de auditoria sobre as demonstrações financeiras da Companhia.
Recuperabilidade do imposto de renda e contribuição social diferidos ativos
Conforme divulgado na nota explicativa nº 17, a Companhia possui contabilizado imposto de renda e contribuição social diferidos ativos e passivo no montante líquido de R\$5.395 milhões, na controladora, e R\$5.747 milhões, no consolidado, em 31 de dezembro de 2024, calculados sobre prejuízos fiscais de imposto de renda e bases negativas da contribuição social, bem como sobre diferenças temporárias ativas e passivas. A Companhia avaliou a recuperabilidade do saldo de imposto de renda e contribuição social diferidos ativos com base em projeções de lucros tributáveis futuros, elaboradas com base no plano de negócios da Companhia, o qual foi aprovado pela diretoria e pelo conselho de administração. Consideramos como um principal assunto de auditoria uma vez que a referida avaliação elaborada pela diretoria da Companhia envolve alto grau de julgamento profissional na determinação de suas premissas e critérios utilizados nas projeções de lucros tributáveis futuros da Companhia, que podem ser afetadas por condições econômicas e de mercado, o que não estão sob o controle da diretoria da Companhia.
Como nossa auditoria conduziu esse assunto
Nossos procedimentos incluíam, dentre outros: (i) análise da base fiscal que dá origem ao imposto de renda e contribuição social diferidos ativos e passivos; (ii) comparação da assertividade das projeções realizadas em períodos anteriores em relação ao desempenho atingido pela Companhia no exercício; (iii) envolvimento de profissionais especializados em projeções financeiras e em impostos sobre a renda para nos auxiliarem na avaliação das premissas e da metodologia utilizada pela diretoria, em particular aquelas relacionadas às projeções de lucros tributáveis futuros, incluindo a taxa de crescimento da receita e margem anual, razoabilidade das variações das demais contas que compõem o resultado projetado, bem como o prazo estimado de realização desse saldo credor; (iv) com o auxílio de nossos especialistas em projeções financeiras, também realizamos análise da consistência aritmética e recálculo às projeções, e comparámos os dados das projeções com dados de fontes externas disponíveis; (v) avaliação da adequação das divulgações relacionadas a esse assunto na nota explicativa nº 17 às demonstrações financeiras de 31 de dezembro de 2024.
Como resultado desses procedimentos incluímos parágrafo de ênfase em nosso relatório, sem modificar a nossa opinião sobre o tema.
Baseados no resultado dos procedimentos de auditoria efetuados, que está consistente com a avaliação da diretoria, consideramos aceitáveis os critérios e premissas adotadas pela diretoria na avaliação sobre a recuperabilidade do imposto de renda e contribuição social diferidos ativos pela diretoria, assim como as respectivas divulgações na nota explicativa nº 17, no contexto das demonstrações financeiras individuais e consolidadas tomadas em conjunto.
Reestruturação de dívida com debêntures - Recuperação Extrajudicial
Conforme mencionado na nota explicativa nº 2.6, em 28 de abril de 2024, a Companhia anunciou pedido de Plano de Recuperação Extrajudicial ("PRE"), através do repêrimento das dívidas no montante de R\$4.080 milhões, decorrentes de suas 6ª, 7ª, 8ª e 9ª emissões de debêntures e CCBs, o qual foi homologado em 19 de junho de 2024. Como parte do PRE, em 26 de julho de 2024, a Companhia procedeu com a 10ª emissão de debêntures simples ("10ª emissão"), em substituição às dívidas financeiras sujeitas ao PRE, conforme detalhado na nota explicativa nº 14, no valor de R\$4.080 milhões, e em três séries, sendo a 1ª e 3ª séries simples, não convertíveis em ações e a 2ª série conversível em ações. O PRE contempla o alongamento do cronograma de amortização original da dívida, incluindo uma carência de 24 meses (2 anos) para o pagamento de juros e de 30 meses (2,5 anos) para o pagamento do principal, e prazo total de amortização de 78 meses (6,5 anos), com remuneração de CDI + 1,0% a 1,5%, e ainda contempla a possibilidade dos respectivos credores a converterem parte dos créditos em participação societária na Companhia, durante uma janela de tempo compreendida entre 18 a 26 meses contados da aprovação do PRE. Em 31 de dezembro de 2024, o saldo total de debêntures é de R\$4.069 milhões, conforme nota explicativa nº 14.
A Companhia avaliou o processo de recuperação extrajudicial e devido às mudanças relevantes na natureza da dívida, principalmente em relação à opção de conversão de parte da dívida em ações da Companhia, e concluiu por adequá-la como uma "mudança substancial" da dívida, procedendo com a reversão dos valores da obrigação original e reconhecendo nova obrigação com termos e condições substancialmente diferentes, inicialmente ao seu valor justo, em contrapartida ao resultado do exercício, gerando um ganho líquido dos custos de captação, no montante de R\$637 milhões, antes dos efeitos dos tributos. A Companhia designou as debêntures 1ª e 3ª séries como instrumentos financeiros pelo custo amortizado e as debêntures 2ª série, como instrumento financeiro híbrido, pela inclusão da opção de conversibilidade dessa dívida em ações da Companhia, ao valor justo em contrapartida ao resultado ("fair value option"). A designação dos instrumentos financeiros, o reconhecimento contábil da reestruturação da dívida ("debt modification"), a identificação de derivativos, a designação dos instrumentos financeiros, a mensuração inicial e subsequente, e as respectivas divulgações relativas a esses instrumentos financeiros, requerem julgamento e estimativa pela diretoria da Companhia e de seus assessores internos e externos. Mudanças nas premissas utilizadas pela Companhia para exercer esse julgamento e estimativas, bem como a designação e contabilização das negociações decorrentes da mudança da dívida, podem impactar significativamente os montantes reconhecidos nas demonstrações financeiras individuais e consolidadas.
Como nossa auditoria conduziu esse assunto
Nossos procedimentos de auditoria incluíam, dentre outros: (i) a avaliação das políticas contábeis aplicadas pela Companhia e suas controladas para a classificação dos instrumentos financeiros decorrentes da reestruturação das dívidas, incluindo as designações desses instrumentos para mensurações iniciais e subsequentes a serem registrados e a aplicação adequada e consistente durante o exercício e subsequentemente; (ii) leitura e análise dos documentos relacionados ao processo de recuperação extrajudicial e da emissão da 10ª debêntures; (iii) envolvimento de especialistas em instrumentos financeiros e derivativos para suportar a equipe de auditoria na análise sobre a avaliação efetuada pela diretoria da Companhia acerca da mudança substancial sobre a reestruturação da dívida, além do suporte na análise da designação inicial dos instrumentos financeiros e derivativos e da mensuração inicial e subsequente desses instrumentos financeiros, apresentados pela diretoria da Companhia; (iv) confirmação da existência dos instrumentos financeiros, através de cartas de circularização e de confirmação com o agente fiduciário na data de balanço; (v) envolvimento de nossos especialistas das áreas de impostos na análise dos potenciais impactos tributários, apresentados pela diretoria da Companhia, suportada pelos consultores tributários; e (vi) avaliação da adequação das divulgações da Companhia em notas explicativas às demonstrações financeiras, em relação ao assunto.
Baseados no resultado dos procedimentos de auditoria efetuados sobre o processo de reestruturação das debêntures, que está consistente com a avaliação da diretoria, consideramos que os critérios, premissas e políticas sobre as debêntures adotadas pela diretoria são aceitáveis, no contexto das demonstrações financeiras individuais e consolidadas tomadas em conjunto. Também avaliamos a adequação das divulgações efetuadas pela Companhia sobre o processo de reestruturação das debêntures e políticas relacionadas a esses instrumentos financeiros nas notas explicativas nº 2.6 e 14 às demonstrações financeiras.
Mensuração da provisão para demandas judiciais trabalhistas, cíveis e tributárias
Em 31 de dezembro de 2024, a provisão para demandas trabalhistas, cíveis e tributárias totalizou R\$2.349 milhões, na controladora, e R\$2.483 milhões, no consolidado, conforme divulgado na nota explicativa 18 às demonstrações financeiras individuais e consolidadas. A Companhia e suas controladas são parte em número significativo de ações judiciais e processos administrativos em tramitação perante tribunais e órgãos governamentais, decorrentes do curso normal das suas operações, envolvendo matérias trabalhistas, cíveis e tributárias. Adicionalmente, a Companhia e suas controladas também apresentam outras demandas relacionadas com discussões trabalhistas, cíveis e tributárias que não estão provisionadas e perfazem o montante de R\$8.855 milhões nas demonstrações financeiras individuais e consolidadas, em 31 de dezembro de 2024, as quais devido à avaliação por parte da diretoria e suportada pelos assessores jurídicos externos e internos da Companhia, o prognóstico é de perda possível. A mensuração, o reconhecimento contábil da provisão e a respectiva divulgação relativos a essas ações judiciais e processos administrativos, requerem julgamento da Companhia e de seus assessores jurídicos internos e externos. Mudanças nas premissas utilizadas pela Companhia para exercer esse julgamento, ou mudanças nas condições externas, podem impactar significativamente o montante de provisão reconhecido nas demonstrações financeiras individuais e consolidadas.

Como nossa auditoria conduziu esse assunto
Nossos procedimentos de auditoria incluíam, dentre outros: (i) a avaliação das políticas contábeis aplicadas pela Companhia e suas controladas para a classificação das perdas decorrentes das ações judiciais e processos administrativos, incluindo a avaliação de julgamento sobre a mensuração de montantes a serem registrados com provisão e a aplicação adequada e consistente do julgamento durante os exercícios apresentados; (ii) análise da suficiência das provisões reconhecidas e dos valores de contingências divulgados e que levaram em consideração as avaliações preparadas pelos assessores jurídicos internos e externos da Companhia; (iii) obtenção de confirmações dos assessores jurídicos internos e externos da Companhia sobre o estágio atual e classificação de riscos de perdas dessas ações judiciais e processos administrativos; (iv) envolvimento de nossos especialistas das áreas de impostos e de assuntos controversos, na análise das probabilidades de perda das disputas judiciais nos âmbitos tributários, trabalhistas e cíveis, e do modelo de cálculo adotado pela Companhia para constituição da provisão; e (v) avaliação da adequação das divulgações da Companhia em notas explicativas às demonstrações financeiras, em relação ao assunto. Como resultado destes procedimentos identificamos ajuste de auditoria indicando a necessidade de complemento dessa divulgação em termos de informações sobre os *covenants*, como também das atas de reuniões de acionistas, dos responsáveis pela governança e do Comitê relevantes; (iv) análise da recuperação extrajudicial, omissão da 10ª debênture e consequentes acordos sobre prorrogações das dívidas onerosas existentes em 2024; e (v) avaliação das divulgações da Companhia, incluídas na nota explicativa nº 1, das demonstrações financeiras individuais e consolidadas.
Continuidade operacional
As demonstrações financeiras individuais e consolidadas foram elaboradas utilizando-se do pressuposto da continuidade operacional, tendo como premissa o fato de que a Companhia e suas controladas estão em atividade e irão se manter em operação por um futuro previsível de ao menos 12 meses, a partir da data das demonstrações financeiras. Essa premissa leva em consideração o pressuposto de que a diretoria não pretende liquidar a entidade ou interromper as operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista além dessas. A nota explicativa nº 1 às demonstrações financeiras individuais e consolidadas detalha como a diretoria da Companhia concluiu que há expectativas quanto a sua habilidade de continuidade operacional, para suportar a preparação das demonstrações financeiras com o uso deste pressuposto. Em 31 de dezembro de 2024, a Companhia apresenta nas suas demonstrações financeiras individuais e consolidadas, prejuízo no exercício e prejuízos acumulados, além de possuir dívidas onerosas registradas no passivo circulante e apresentar passivo circulante maior que o ativo circulante em R\$5.718 milhões, na controladora, e, R\$5.122 milhões, no consolidado, bem como outros indicativos de *impairment*, como o valor patrimonial acima do valor de mercado da Companhia, pelo *market capitalization*.
Em razão do alto grau de julgamento relacionado a premissa base dessa avaliação de continuidade operacional, especificamente associada à determinação das projeções de fluxo de caixa futuro, e do impacto que qualquer mudança significativa nessas premissas poderia ter na avaliação do pressuposto de continuidade operacional, e, consequentemente, nas demonstrações financeiras individuais e consolidadas, consideramos este um assunto significativo para nossa auditoria.
Como nossa auditoria conduziu este assunto
Os nossos procedimentos de auditoria, incluíam dentre outros: (i) obtenção e análise da avaliação financeira preparada pela Companhia e da avaliação das projeções de fluxos de caixa preparadas pela Companhia para os próximos 12 meses, a partir da data do balanço; (ii) avaliação das premissas utilizadas na determinação das projeções de fluxos de caixa, considerando resultados realizados, dados externos e condições de mercado, bem como a consistência das projeções efetuadas comparadas com o realizado nos últimos anos; (iii) leitura dos termos contratuais de debêntures, considerando potencial violação relevante ou novos termos e condições sobre os *covenants*, como também das atas de reuniões de acionistas, dos responsáveis pela governança e do Comitê relevantes; (iv) análise da recuperação extrajudicial, omissão da 10ª debênture e consequentes acordos sobre prorrogações das dívidas onerosas existentes em 2024; e (v) avaliação das divulgações da Companhia, incluídas na nota explicativa nº 1, das demonstrações financeiras individuais e consolidadas.
Baseados no resultado dos procedimentos de auditoria efetuados, que está consistente com a avaliação da diretoria, consideramos aceitáveis as premissas utilizadas pela diretoria sobre o pressuposto de continuidade operacional da Companhia, assim como as respectivas divulgações na nota explicativa nº 1, no contexto das demonstrações financeiras individuais e consolidadas tomadas em conjunto.

Outros assuntos
Demonstrações do valor adicionado
As demonstrações de valor e consolidada do valor adicionado (DVA) referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2024, elaboradas sob a responsabilidade da diretoria da Companhia, e apresentadas como informação suplementar para fins de IFRS, foram submetidas a procedimentos de auditoria executados em conjunto com a auditoria das demonstrações financeiras individuais e consolidadas da Companhia. Para a formação de nossa opinião, avaliamos se essas demonstrações estão conciliadas com as demonstrações financeiras e registros contábeis, conforme aplicável, e se a sua forma e conteúdo estão de acordo com os critérios definidos no Pronunciamento Técnico CPC 09 - Demonstração do Valor Adicionado. Em nossa opinião, essas demonstrações do valor adicionado, individual e consolidada, foram adequadamente elaboradas, em todos os aspectos relevantes, segundo os critérios definidos nesse Pronunciamento Técnico e são consistentes em relação às demonstrações financeiras individuais e consolidadas tomadas em conjunto.
Outras informações que acompanham as demonstrações financeiras individuais e consolidadas e o relatório do auditor
A diretoria da Companhia é responsável por essas outras informações que compreendem o Relatório da administração.
Nossa opinião sobre as demonstrações financeiras individuais e consolidadas não abrange o Relatório da administração e não expressamos qualquer forma de conclusão de auditoria sobre esse relatório.
Em conexão com a auditoria das demonstrações financeiras individuais e consolidadas, nossa responsabilidade é a de ler o Relatório da administração e, ao fazê-lo, considerar se esse relatório está, de forma relevante, inconsistente com as demonstrações financeiras ou com nosso conhecimento obtido na auditoria ou, de outra forma, aparenta estar distorcido de forma relevante. Se, com base no trabalho realizado, concluirmos que há distorção relevante no Relatório da administração, somos requeridos a comunicar esse fato. Não temos nada a relatar a este respeito.
Responsabilidades da diretoria e da governança pelas demonstrações financeiras individuais e consolidadas
A diretoria é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras individuais e consolidadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e com as normas internacionais de relatório financeiro (IFRS), emitidas pelo *International Accounting Standards Board* (IASB) (atualmente denominadas pela Fundação IFRS como "normas contábeis IFRS"), e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.
Na elaboração das demonstrações financeiras individuais e consolidadas, a diretoria é responsável pela avaliação da capacidade de a Companhia continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações financeiras, a não ser que a diretoria pretenda liquidar a Companhia ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.
Os responsáveis pela governança da Companhia e suas controladas são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações financeiras.
Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras individuais e consolidadas
Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras individuais e consolidadas, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detecta as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações financeiras.
Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras individuais e consolidadas, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, contábil, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.
- Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas não com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Companhia e suas controladas.
- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela diretoria.
- Concluimos sobre a adequação do uso, pela diretoria, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Companhia. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações financeiras, a não ser que a diretoria pretenda liquidar a Companhia ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.
- Os assuntos que foram objeto de comunicação com os responsáveis pela governança, determinamos aqueles que foram considerados como mais significativos na auditoria das demonstrações financeiras do exercício corrente e que, dessa maneira, constituem os principais assuntos de auditoria. Descrevemos esses assuntos em nosso relatório de auditoria, a menos que lei ou regulamento tenha proibido divulgação pública do assunto, ou quando, em circunstâncias extremamente raras, determinarmos que o assunto não deve ser comunicado em nosso relatório porque as consequências adversas de tal comunicação podem, dentro de uma perspectiva razoável, superar os benefícios da comunicação para o interesse público.

São Paulo, 12 de março de 2025



ERNST & YOUNG
Auditores Independentes S/S Ltda.
CRC-SP-034519/O
Marcos Alexandre S. Pupo
Contador - CRC SP-221749/O

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2001, que institui a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil



Certificado por Editora Globo SA
04067191000160 Pub: 14/03/2025
A autenticidade deste documento pode ser conferida através do QR Code ou pelo link

<https://publicidadelegal.valor.com.br/valor/2025/03/14/CASASBAHIA1581312114032025.pdf>
Hash: 1741906080c2d1fd31a96a408a984233c5215f4e94